



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1395/15	DATA: 18/08/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 17h17min	PÁGINAS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há falha na gravação.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Boa tarde a todos.

Invocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 2ª reunião ordinária da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Edson Moreira.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu queria, no início desta sessão, informar a V.Exas. que um resumo de todas as correspondências recebidas está sendo entregue aos membros da Comissão para conhecimento. Informo que, para dar transparência aos trabalhos, estamos publicando, na página da Comissão, um resumo de todos os documentos recebidos, bem como todos os requerimentos apresentados à CPI.

Passo à Ordem do Dia.

Na pauta de hoje foram incluídos somente os requerimentos que solicitam informações e documentos do BNDES.

Aproveito para informar também que está confirmada a vinda do Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, na próxima quinta-feira, a esta Casa, para prestar esclarecimentos.

Reafirmo que foi uma iniciativa pessoal do Presidente de se colocar à disposição. Nós contamos com essa deliberação, com o apoio do Plenário, principalmente do autor, Deputado Miguel Haddad, que gentilmente transformou a sua convocação em convite para que o Presidente do BNDES pudesse aqui estar presente, sob o compromisso de que o Plenário, uma vez não satisfeito com a



apresentação do Presidente do BNDES, possa, num segundo momento, aí sim, se for a deliberação da maioria dos integrantes desta Comissão, passar à convocação de S.Exa. o Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Qual o horário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A princípio, 10 horas da manhã.

Eu queria combinar com V.Exas. também uma política, estabelecer uma política racional: para que nós só pudéssemos deliberar requerimentos cujo autor estiver presente às deliberações.

Eu queria, inclusive, consultar V.Exas., porque acho que é um bom senso, inclusive, para que o próprio autor possa fazer a defesa e mostrar o seu posicionamento com relação à colocação de requerimentos para análise deste colegiado.

Então, eu queria fazer inicialmente esta introdução e pedir o apoio de V.Exas. para que a gente pudesse ter o maior número possível de Parlamentares nesta reunião, que é extremamente importante, porque nós vamos nutrir o nosso Relator, o Deputado José Rocha, das informações, dos elementos e dos subsídios, para que possamos colaborar nesse processo e, ao fim, apresentar um relatório robusto e consistente, cheio de propostas, inclusive, para melhorar o trabalho já importante que faz o BNDES.

Vamos passar ao primeiro item da pauta.

Item 1. Requerimento nº 4, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de cópias de inteiro teor de todas as atas das reuniões dos Conselhos de Administração do BNDES, da BNDESPAR e da FINAME, realizadas entre janeiro de 2003 a julho de 2015”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, caros colegas Deputados que estão aqui compondo a CPI, eu considero este requerimento



essencial, porque nós estamos no início dos trabalhos, e esta Comissão precisa ter acesso ao maior número possível de informações.

Portanto, essas atas são fundamentais para que possamos aprofundar as informações que são necessárias, começar a tirar dúvidas e esclarecer questionamentos que eventualmente já possam surgir durante o debate.

Por isso, eu queria pedir apoio aos Parlamentares para aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se algum Parlamentar deseja encaminhar contra a matéria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Relator, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu queria que o requerente, Deputado Betinho Gomes, pudesse analisar a possibilidade de esses documentos venham por meio magnéticos, para que nós possamos...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Já está sendo solicitado assim no requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o requerimento de autoria do Deputado Betinho Gomes.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 7, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de requisição, ao BNDES, de cópia de inteiro teor de documentos e informações discriminadas, relacionadas ao financiamento do Banco para construção da Refinaria Abreu e Lima”*.

Concedo a palavra ao autor, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, o BNDES participou, através de financiamento, de várias obras públicas importantes no Brasil. A Refinaria Abreu e Lima foi significativa, do ponto de vista econômico, para Pernambuco, mas,



junto com ela também surgiu uma série de questionamentos. Tanto é que há hoje a CPI da PETROBRAS, que investiga as obras da PETROBRAS, que está envolvida no escândalo da Lava-Jato. E, como o BNDES financiou empresas que lá estão atuando para a construção da refinaria, julgo ser fundamental ter acesso também a esses documentos.

Peço aprovação deste requerimento pelos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Para encaminhar contra?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não, contra, não. Eu queria só ver se o Deputado Betinho...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Para discutir, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - ...acrescentaria aqui o caso dos empréstimos ao empresário Eike Batista, já que o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há outros requerimentos na pauta, Deputado Edson, que acho que versam sobre o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Caso não haja, peço que acrescente isso aí, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há requerimentos também nesse sentido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É importante porque ele vai ser convocado futuramente para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Se o Plenário assim deliberar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Isso é importantíssimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, esse requerimento nos preocupa porque, em todos esses documentos e em todas essas informações solicitadas relacionadas ao financiamento do banco para a construção da Refinaria Abreu e Lima, constam documentos das empresas, certo? Há um número enorme de empresas que participaram das obras da Abreu e Lima. E, ao fazer esse



requerimento, junto com esses documentos, virão documentos sigilosos das empresas.

Então, preocupa-nos aqui que, ao solicitar esses documentos sigilosos — sigilo bancário, sigilo fiscal — das empresas que participaram ou participam das obras da Refinaria Abreu e Lima, nós estejamos, Sr. Presidente, quebrando o sigilo das empresas. Parece-me que não é esse o objetivo do requerimento. Então, preocupa-nos aqui que, ao trazer esses documentos, nós tenhamos todos os sigilos quebrados. E não é disso que trata o requerimento, mas, indiretamente, nós quebraremos o sigilo dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Zarattini, mas o requerimento não fala em quebra de sigilo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não, não fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que o BNDES deve mandar a esta Comissão aquilo que julgar que não é sigiloso. Aquilo que o BNDES julgar como sigiloso, não será enviado a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, se for este o entendimento, nós estamos de acordo. Neste entendimento, nós estamos de acordo.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - E mesmo que seja quebra de sigilo, num futuro breve, nós temos essa prerrogativa também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sim.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas não é o caso aqui.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Se tiver, naturalmente, a CPI tem que quebrar o sigilo.

Mas quero apenas dizer que estou acatando o pedido do Deputado Delegado Edson, que nos solicitou a questão do Eike Batista. Nós vamos apresentar requerimento também sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Então, ficou acordado isso, Deputado Zarattini, que o requerimento vai ser colocado em votação, e o que o BNDES entender que é sigiloso não vai enviar a esta Casa, mesmo porque nós não estamos, neste momento, solicitando quebra de sigilo bancário, fiscal ou coisa que o valha.



Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, desde o início, nós sabíamos que esta é uma CPI que deve ser conduzida com muito tato, com muito cuidado, para não descambarmos para situações que venham a trazer enormes prejuízos ao País e às empresas.

Eu gostaria que nós estabelecêssemos aqui uma regra, porque me parece que será uma constante requerimentos da mesma natureza que este que ora aqui discutimos. Nós poderíamos firmar aqui o entendimento no sentido de que, quando se tratar de requerimento deste teor, as informações sejam basicamente sobre montante de financiamento, condições, garantias que a empresa tenha dado, e não tudo. Nós sabemos que dados, informações cadastrais valem ouro nesse mercado de disputa entre empresas, e muitas disputam até com empresas internacionais.

Então, que nós possamos fazer aqui um parâmetro, para tratar essa questão e não colocar em risco informações privilegiadas de empresas junto aos bancos. Se nós, como pessoas físicas, temos lá nossas informações, que são extremamente confidenciais, numa conta corrente comum, imaginem uma empresa de porte nacional, uma empresa que disputa, no mundo, ver exposto o seu cadastro, suas estratégias e assim por diante.

Portanto, eu gostaria de sugerir, inclusive, ao Relator, que nós adotemos este critério: quando se se tratar disso, nós pediremos as garantias que a empresa deu, o quantitativo financiado, as condições como foi feito o financiamento e se ele está sendo devidamente resgatado pela empresa devedora.

Essas informações, sim, eu acho que são importantes para nós. O resto são informações de cunho estritamente confidencial das empresas e do banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Edio.

É bom que, neste momento, eu coloque inclusive um posicionamento. Nós não podemos confundir aqui o pedido de informações com o pedido de quebra de sigilo. Eu já conversei com alguns membros, inclusive, para que tenhamos o máximo grau de responsabilidade nessa solicitação de quebra de sigilo. Vejo que, se nós aprovarmos aqui quebra de sigilo, estaremos tornando públicas todas as



informações e todas as transações comerciais feitas pelo BNDES com as empresas conveniadas. Então, é preciso muita cautela.

Oriento V.Exas. no sentido de trabalharmos com a transferência de sigilo, que, uma vez aprovada por este colegiado, ficará restrita à informação tão somente dos integrantes da CPI. Eu acho que é um caminho de cautela que nós precisamos tomar, sobretudo quando iniciamos o processo investigativo. É claro que haverá muitos requerimentos semelhantes ou até de igual teor, mas eu peço a V.Exas., neste momento, para que não haja nenhum tipo de prejuízo futuro, que trabalhem com essa possibilidade da transferência de sigilo, e não da quebra de sigilo.

Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu sugiro que V.Exa. adote também a providência, no caso de documentos que venham para cá com algum nível de sigilo, para conseguir uma sala-cofre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós já temos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - ...de acesso restrito aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Hoje, eu me reuni com a Diretora, Dra. Rejane, e com o Dr. Robson, e nós já cuidamos disso, Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós já temos.

Com a palavra o Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar, no início desta reunião, V.Exa., o Relator, o nosso Vice-Presidente, enfim, todos.

Quero dizer que aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos aqui para investigar os fatos que estão sendo colocados, supostamente, onde há indícios de irregularidades. Eu discordo totalmente do nobre colega que diz que nós devemos avaliar superficialmente os contratos. Muito pelo contrário, o requerimento do meu colega Deputado Betinho vem buscar aprofundar a investigação para a qual nós fomos e estamos designados nesta CPI, para poder avaliar.



Então, devemos criar essa sala-cofre e designar os Parlamentares. É necessário que assessores que estejam devidamente cadastrados possam ter acesso a ela, para avaliarmos e estudarmos esses documentos. Os recursos do BNDES são públicos. São recursos de transferência de títulos ao Tesouro e de retorno de financiamentos públicos. Então, há ainda dúvida se isso é quebra de sigilo ou não.

Eu queria perguntar a V.Exa., Presidente, se já há definição de que os documentos do BNDES são sigilosos ou não, e fundamentalmente os empréstimos que foram concedidos pelo BNDES às outras empresas, que são consideradas ora públicas, como é o caso da PETROBRAS, ora privadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy, agradeço a V.Exa. e o informo que existem informações que são sigilosas e existem informações que não são não sigilosas. A solicitação de requerimento, por exemplo, do Deputado Betinho não fala em quebra de sigilo. Então, nós vamos aprovar o requerimento, e o BNDES vai enviar a esta Comissão aquilo que achar que não seja sigiloso. Mas, se for o caso da maioria dos integrantes, quando fizermos a aprovação da transferência de sigilo, aí é outro cenário, e nós vamos adotar todas as medidas de cautela para que não haja qualquer tipo de comprometimento das informações sigilosas que chegarem até esta Comissão.

Hoje de manhã, nós tivemos uma reunião exatamente nesse sentido, com a Diretoria das Comissões, com o Secretário da CPI, que é o Dr. Robson, para que possamos acautelar todas essas informações e proteger esse sigilo perante esta Comissão.

Deputado Arnaldo Jordy, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa., Presidente desta Comissão, que a está conduzindo de forma exemplar, inclusive pelo entendimento agora exarado sobre a questão em tela. Cumprimento o Deputado José Rocha, nosso Relator.

Na linha do que V.Exa. acaba de falar, parece-me que é inclusive regimental. O pedido do Deputado Betinho Gomes não fala em quebra de sigilo, ainda que esta Comissão tenha a prerrogativa constitucional de fazê-lo no tempo devido. Então, o que está pedindo são as informações sobre determinados contratos, as informações



que o BNDES achar que pode fornecer pacificamente e que não estejam abrigadas por qualquer medida exarada de abrigo de sigilo fiscal ou de sigilo de qualquer natureza jurídica, emanado pelo ordenamento jurídico.

Então, não vamos aqui antecipar. O que se está tentando, parece-me, estabelecer aqui é um *habeas corpus* preventivo às prerrogativas desta Comissão. Esta Comissão é para investigar. Então, parece-me que o documento é absolutamente claro, límpido, pedindo informações. Eu tenho o requerimento, que deve ser apreciado em seguida, em relação à Belo Monte. Eu quero as informações. O BNDES vai informar o que ele achar que é prudente informar. Se nós aqui acharmos que as informações são insuficientes para aquilo que se quer inquirir, nós vamos fazer o pedido, inclusive chegando ao limite da quebra de sigilo, que, repito, é um múnus constitucional, abrigado na competência desta CPI, como de qualquer outra Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, eu gostaria apenas de parabenizar pelo entendimento V.Exa., que me parece que é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço-o, Deputado Arnaldo Jordy.

Concedo a palavra ao Deputado João Gualberto. Na sequência, vamos retomar o processo de votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, caros colegas, eu quero até complementar o que meu colega Alexandre Baldy falou: além de ser um banco público, ele oferece dinheiro subsidiado — dinheiro subsidiado, porque quem paga é o povo brasileiro. Então, suspeitas, o povo brasileiro já as tem, nós as temos. Nós temos é que aprofundar. Nós temos que saber sobre esses empréstimos a países, como Venezuela, Cuba, a esses países africanos. Como foram feitos esses empréstimos? Como funcionou essa BNDESPAR? Como funcionou esse recurso que ele emprestou ao Eike Batista. Um dia desses, Eike Batista devia 10 bilhões e hoje diz que não deve nada.

Então, vai ter que aprofundar, vai ter que quebrar o sigilo mesmo, não tenha dúvidas. De suspeitas, o Brasil está cheio. Nós temos é que aprofundar o nosso papel.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu gostaria ainda de voltar ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Trinta segundos para podermos avançar.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, de maneira nenhuma queremos nós aqui obstaculizar qualquer tipo de investigação. Para isso estamos aqui. O nosso cuidado é com essa questão, haja vista inúmeros exemplos que já temos na CPI da PETROBRAS, em que quebras de sigilo foram determinadas pela CPI de maneira um tanto quanto não fundamentada, e o Supremo imediatamente mandou sustar a quebra do sigilo.

O que eu gostaria que fosse acrescido à redação do requerimento do ilustre Deputado Betinho Gomes... Porque ele pede aqui “ata de inteiro teor”. Aí é quebra de sigilo, sim, se houver algum sigilo nessa ata de inteiro teor. Eu gostaria que fizéssemos ao final uma ressalva: “salvo aquelas entendidas como de sigilo bancário”. Aí eu acho que pacificaríamos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que não tem problema algum, Deputado Edio. Pelo posicionamento do Deputado Betinho, eu tenho certeza de que ele não vai se opor a isso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós pacificaríamos a questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vejam, ele não quer quebrar sigilo. Ele não está falando em quebra de sigilo.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas ele está pedindo a ata de inteiro teor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Se o BNDES entender que é um documento sigiloso, está desobrigado de enviar a esta CPI. É isso que estou tentando dizer para V.Exas. É isso. Ele não está falando em quebra de sigilo. Ele não está falando nisso, em nenhum momento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Ele não está desobrigado, não, Presidente.

(Não identificado) - Presidente, a CPI tem prerrogativa.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Questão de ordem, Presidente.

(Não identificado) - Que legislação?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Pela ordem, Presidente. Não precisamos voltar ao que já foi votado. Esse assunto já é superado. Nós estamos na Refinaria Abreu e Lima. Nada tem a ver com ata.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Se aprovado o requerimento, os documentos...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Foi o primeiro requerimento de ata.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O primeiro está aprovado. Nós estamos discutindo o segundo item.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos discutindo o item 2 da pauta.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu pediria a V.Exas...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho Gomes, o Deputado Carlos Zarattini fez uma sugestão. V.Exa. acata a sugestão dele? Pode ser feito da maneira como o Deputado Zarattini sugeriu?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu não vou acatar a sugestão, até porque o primeiro requerimento que solicita as atas já foi aprovado. Não podemos retroagir.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós não estamos falando em ata, nós estamos falando em informações sigilosas.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O Deputado Edio Lopes falou em ata.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu queria a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Esta CPI não tem sigilo, Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É lógico que a CPI não tem sigilo. O que estamos discutindo aqui...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Ou vamos investigar ou vamos ficar aqui...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Calma, eu estou com a palavra. Eu estou com a palavra, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já ouço V.Exa., Deputado Alexandre Baldy.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - A questão é a seguinte: quando nós... V.Exa. não tinha chegado aqui ainda. Nós já tínhamos discutido esse assunto. Existem informações sigilosas. Não existe requerimento aqui de quebra de sigilo das empresas. Mas, ao se pedirem as informações sobre Abreu e Lima, haverá nesse conjunto de informações algumas que serão sigilosas. O entendimento do Presidente me parece correto: que o BNDES nos encaminhe as informações não sigilosas. Se houver necessidade mais à frente se fará requerimento sobre as informações sigilosas. Concordo com o Presidente. Só gostaríamos que, com relação a este requerimento, o aprovemos com esta ressalva: serão encaminhadas as informações não sigilosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas aí não há acordo porque o autor não concorda.

(Não identificado) - Eu gostaria de complementar, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Quero ouvir o Deputado Goulart e depois, V.Exa.

Deputado Goulart, por gentileza.

O SR. DEPUTADO GOULART - Agradeço, Presidente. Quero apenas esclarecer. Eu concordo com o requerimento do Deputado Betinho Gomes, mas já existe decisão do Supremo de que não há sigilo sobre empréstimo do BNDES. É decisão do Supremo do dia 26 de maio. Então, estamos aqui discutindo uma coisa a que já existe decisão...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que estamos fazendo uma tempestade num pequeno copo d'água.

O SR. DEPUTADO GOULART - Já existe decisão do Supremo. Não existe nenhum sigilo sobre empréstimo público. Está aqui. E então...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO GOULART - Os documentos são de obras públicas. Eu acho que nós podemos aprovar do jeito que o Deputado Betinho Gomes falou, porque não existe sigilo, está aqui o Ministro...

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Coloca em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Investigação é investigação, Sr. Presidente: tem que ir fundo. Não existe sigilo para investigação. Eu não estou pisando em ovos. Eu estou com medo do quê? É Comissão Parlamentar de Inquérito, de investigação, ou não é? Então, tem que investigar tudo. O que for sigiloso, que deva ficar em sigilo, vem como documento sigiloso. A Comissão, ao seu devido tempo, analisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vamos avançar, porque empacamos no item 2. Vou colocá-lo em votação.

Em votação o item 2, Requerimento nº 7, de 2015, de autoria do Deputado Betinho Gomes, sem as alterações propostas pelo Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu quero encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Espere, Sr. Presidente. Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Item 3 da pauta...

V.Exa. pode solicitar verificação. Não há problema. Vamos fazer a verificação e encaminhar. Quem apoia o pedido de verificação do Deputado Carlos Zarattini?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós apoiamos, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O PMDB apoia.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Da forma como está redigido o requerimento, nós vamos encaminhar a votação contrariamente a sua aprovação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele pediu verificação. Nós vamos proceder à verificação. Deixe-me chamar o trabalho à ordem.

Eu acho que V.Exas. estão fazendo uma confusão que não deveria existir em relação a um detalhe. Nós devíamos economizar um pouco mais esses posicionamentos contrários e favoráveis. Eu não vejo nenhum tipo de problema para a aprovação deste requerimento, mas nós vamos fazer a verificação nominal, como sugeriu o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Com o acréscimo que ele aceitou aqui, Sr. Presidente, de Eike Batista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço inclusive que seja aberto o painel para que nós possamos...

Está iniciado o processo de votação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Posso orientar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para orientar a bancada, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu gostaria de pedir o apoio dos colegas para este requerimento que é muito claro. Não se trata de quebra de sigilo. Mesmo que fosse, como já foi aqui alertado por vários colegas, é uma prerrogativa desta CPI. Mas não se trata disso o que nós estamos, neste instante, votando.

É fundamental que a CPI avance tendo acesso às informações, que devem ser públicas, que devem ser de conhecimento da população, quando for necessário, tendo, evidentemente, a cautela de preservar as informações sigilosas. Mas nós não podemos, antecipadamente, dizer ao BNDES que só mande aquilo que não tenha relevância para a investigação da CPI.

Por isso, eu gostaria neste instante de pedir o apoio dos Parlamentares para que nós aprovemos este requerimento no sentido de ter acesso às informações sobre o financiamento da obra de Abreu e Lima feito às várias empresas que a estão construindo, com o adendo do Deputado Delegado Edson Moreira sobre a EBX.



Então, eu pediria a aprovação aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Pelo Bloco PMDB, concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós queremos deixar bem claro que não estamos obstruindo as informações que o BNDES tem que dar. Não é isso. O que não podemos aceitar aqui é que, a título dessas informações, aprovemos um requerimento genérico, porque, quando o requerente solicita a ata de inteiro teor, nela poderão estar as informações sigilosas da empresa.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, questão de ordem. Não se trata de ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele está orientando agora. Concedo a palavra a V.Exa., Deputado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Diz: "*cópia de inteiro teor dos documentos e informações discriminadas*".

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - A ata já foi aprovada no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes, nós estamos no item 2 agora.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Ora, a empresa poderá ter entregado ao banco documentos de cadastros dela que são sigilosos, e aqui não se está fazendo uma parte dessa questão. Nós queremos aprovar? Queremos. Agora as coisas precisam ser mais bem esclarecidas. É essa a nossa posição.

De maneira alguma, nós queremos obstruir que o banco apresente todas as informações sobre financiamento. Como disseram aqui, ele trabalha com dinheiro público e precisa prestar contas de tudo. Agora, nós precisamos separar o que é obrigação o banco informar a esta CPI e o que é informação sigilosa da empresa. Aqui não estamos falando de informação sigilosa do banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Pelo Bloco PT, concedo a palavra ao eminente Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A questão toda aqui, no meu modo de ver, se resume ao seguinte: nós queremos investigar o BNDES. Não se apresentou aqui requerimento de quebra de



sigilo das empresas. Só que, ao se pedir os documentos na forma como está no relatório, sem nenhuma ressalva com relação aos documentos sigilosos, está se quebrando o sigilo fiscal e bancário das empresas.

Então, eu queria que os colegas da Oposição que apresentaram este requerimento tivessem tento dessa questão. Qual é a necessidade de quebrar agora o sigilo bancário e fiscal das empresas? É isso. Se não houver ressalva a essa questão, nós estaremos fazendo claramente isso. Eu não sei, mas aqui há vários colegas, inclusive empresários, que deveriam lutar pela preservação do sigilo bancário e fiscal. Essa é uma questão fundamental, importante na economia. E nós não temos até agora nenhuma necessidade, nenhuma denúncia, nenhuma fundamentação para a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas.

Nós estamos verificando o BNDES. O que nós queremos saber? Como foi feito o financiamento? Em que condições? Quais são as garantias? Isso tudo virá nessas informações. E a nossa proposta é: salvo aquelas que sejam sigilosas. Portanto, parece-me que a solução proposta inicialmente pelo Presidente da Comissão é a melhor.

Por isso, vamos votar “não” ao requerimento. Votaríamos a favor, se houvesse a ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Bilac Pinto já conseguiu votar? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Presidente, consegui registrar presença. Vou votar agora, se V.Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou aguardar V.Exa. o tempo que for necessário.

Tem a palavra o Deputado Fabio Garcia.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, eu acho que falta um esclarecimento para todos nós porque parece que, quando V.Exa. diz que o BNDES não tem obrigação de enviar documentação conforme requerimento, ele fica desobrigado a enviar informação que considera sigilosa. Nesse caso, de fato não há nenhuma quebra de sigilo, já que ele está desobrigado a isso. Parece-me que, escutando aqui o nobre Deputado, há sim obrigação, e estaríamos fazendo aqui, de forma indireta, quebra de sigilo. Eu queria um esclarecimento a todos nós se o



BNDES está de fato obrigado ou não a responder integralmente a essas questões. Estando desobrigado, não há, de forma nenhuma, quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Betinho Gomes está fazendo um pedido de informação, não está quebrando o sigilo da instituição. Nós estamos confundindo quebra de sigilo com pedido de informações. Eu não sei de que forma vamos tratar depois quebra de sigilo aqui. Se neste nível já estamos assim, não sei como vai ser quando se der realmente a quebra de sigilo ou a transferência de sigilo.

Então, o que o banco achar, Deputado Fabio Garcia, que é sigiloso, ele não vai nos enviar, porque nós não estamos pedindo quebra de sigilo, estamos pedindo informação. É tão somente isso. Se o banco achar que alguma informação não deve ser compartilhada, compete a nós e àqueles que não se sentirem plenamente justificados pelo envio da documentação pedir a quebra ou a transferência de sigilo, aquilo que estou apelando a V.Exas. É tão somente isso. É bom que entendamos esse posicionamento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Estou vendo muito advogado aqui defendendo o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está encerrada a votação.
Vou proclamar o resultado.

Deputada Cristiane Brasil, as mulheres sempre terão preferência na nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Há muito advogado defendendo aqui, Sr. Presidente. Existe uma defensiva violenta. Já estão fazendo um escudo. CPI é CPI: é para investigar! Vamos investigar e descobrir. Não precisam ficar defendendo. Existe um escudo aqui que não estou nem conseguindo ir para frente.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não tem escudo nenhum, Deputado Edson. Precisamos ser claros: quando requerermos quebra de sigilo, que escrevamos “*quebra de sigilo*”, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já, Deputada Cristiane?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Para investigar, só isso. Quero descobrir o que está errado, se tiver coisa errada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado: 14 votos “sim”; 6 votos “não”.

Está aprovado o requerimento de autoria do Deputado Betinho Gomes, item 2 da pauta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Com as alterações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passemos ao seguinte.

Item 3. Requerimento nº 8, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de Quadro/Tabela, com informações sobre cada um dos contratos de financiamento à exportação de serviços, associados ou não à exportação de bens, firmados pelo Banco no período de janeiro de 2003 a 2015”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, na mesma linha dos demais requerimentos, acho muito importante a CPI ter acesso aos documentos que estamos solicitando. Deixo muito claro que estamos buscando informações sem usar mão do instrumento da quebra de sigilo neste momento, mas solicitando ao banco que nos informe, que nos dê parâmetros para que a CPI possa avançar nos seus trabalhos. É impossível iniciar um trabalhando voando às cegas.

Portanto, é fundamental a aprovação desses requerimentos iniciais, tanto os que apresentei quanto certamente os dos demais colegas que serão apresentados.

Por isso, eu peço mais uma vez apoio aos colegas para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

Para discutir, Deputado Fabio Garcia.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, eu vejo que este é um requerimento um tanto quanto amplo, ambíguo. Não vamos conseguir saber o que vem de lá, porque simplesmente um quadro/tabela com informações, sem falar as informações que efetivamente queremos, pode não resultar em nenhuma informação de que a Comissão possa lá na frente fazer uso. Eu sugiro que seja um quadro/tabela, mas especificando as informações que se buscam do banco.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Há no requerimento, Sr. Presidente, solicitação sobre o número de contrato e respectivos aditivos: objetivo detalhado do contrato; empresa brasileira exportadora; país de destino e empresa ou entidade importadora; valor total do contrato em dólares americanos; valor já desembolsado em dólares americano — o último dado disponível —; valor a desembolsar em dólares americanos; cronograma atual de pagamentos previstos nos contratos ou aditivos em dólares americanos, especificando juros, encargos e amortizações; pagamento efetivamente realizado pelo mutuário em dólares americanos ano a ano, especificando juros, encargos e amortizações; valor das parcelas em atraso, indicando o número de meses em atraso; valor eventualmente cancelado ou perdoado, identificando o ato que autorizou o cancelamento ou o perdão da dívida; valor total das equalizações da taxa de juros ou outras subvenções feitas pelo Tesouro Nacional no âmbito do PROEX para cada contrato. São os detalhamentos previstos no requerimento.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Positivo, Deputado Betinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Satisfeito, Deputado Fabio?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, eu também acho que o requerimento é muito amplo, pede a quebra de sigilo de bens, e não só de serviços. Eu acho que isso vai expor as relações estratégicas porque inclui sigilo comercial, envolve várias empresas, e o Brasil poderá sofrer sanções pela Organização Mundial do Comércio. Este requerimento poderia também sofrer limitação. Eu acho que todos os pedidos de informações relativos a bens deveriam ser muito pontuais e não genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Reginaldo Lopes, eu queria colocar a seguinte questão: para exportar bens, o BNDES faz um programa de exportações em que existe uma estratégia das



empresas exportadoras, como é o caso, por exemplo, da EMBRAER, a maior exportadora do Brasil de produtos industrializados de alta tecnologia, que tem contrato com o BNDES de financiamento à exportação que envolve estratégia comercial. Então, ao trazermos publicamente essa estratégia, estamos dando elementos para que a concorrência possa atuar. E, para a concorrência, é uma maravilha ter todo o plano de negócios, da EMBRAER, no caso. mas existem ene outras empresas brasileiras exportadoras apoiadas pelo BNDES.

Então, nós gostaríamos de solicitar, na mesma linha a que V.Exa. já se referiu, que o BNDES nos encaminhasse os detalhamentos, como pedido aqui pelo Deputado Betinho Gomes, quando leu o detalhamento ainda agora. Para todas as empresas de serviço, nós julgamos que não há problema em relação a isso. Mas, nos casos das exportações de bens, que o BNDES também leve em consideração, ao encaminhar para cá uma informação, que ela não seja prejudicial ao plano de negócios dessas empresas exportadoras brasileiras. Nós queremos preservar a nossa economia, as nossas empresas. Nós temos que ter o devido cuidado.

Sr. Presidente, é o nosso entendimento sobre a questão.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, só para não ser inflexível quanto a nossa solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - ...eu quero acatar a sugestão do Deputado Zarattini para, nesse caso dos bens, termos essa cautela a que se refere. Feito esse registro, eu gostaria de pedir o apoio dos colegas para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, novamente nos parece que está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nesta primeira reunião deliberativa, V.Exas. estão percebendo que o Presidente está sendo muito mais democrático do que de costume. Não se acostumem, esta é a primeira reunião



deliberativa e hoje vamos ouvir todos, porque todos querem falar. Nas próximas reuniões vamos manter os preceitos regimentais.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós entendemos que estamos tratando nesta CPI de matéria nova para a maioria dos Srs. e das Sras. Deputadas que compõem esta Comissão. Trata-se, diferentemente de outras CPIs, da investigação de setores sensíveis na economia nacional, nos tratados internacionais, na OMC, e por aí vai. Este requerimento em tela, Sr. Presidente, é muito abrangente, tem um alcance que poderá ir de “a” a “z”.

Portanto, eu gostaria de sugerir ao Relator, para que possamos ter mais tempo de nos debruçarmos sobre o alcance deste requerimento e de o esquadriharmos, que protelássemos sua votação para a próxima reunião deliberativa, porque o requerimento apresentado pelo ilustre Deputado tem um alcance muito amplo, e nós não temos ainda a concepção exata do que estamos pedindo e do quanto estamos pedindo.

Portanto, eu gostaria de fazer essa solicitação ao autor, para que nós possamos, desde o início dos trabalhos desta CPI, travar uma relação de entendimento, de harmonia. Em vez de deliberarmos hoje, sugiro que protelemos a deliberação para a próxima reunião. V.Exa. já o traria na pauta da próxima reunião. Aí todos nós Deputados teríamos o tempo necessário para estudar com profundidade o que o requerente está solicitando no requerimento em discussão.

Portanto, aqui fica nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio, V.Exa. faz um apelo. É claro que, para deliberar sobre ele, precisamos da anuência do autor do requerimento, a quem consulto se aceita a proposta feita.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu já acatei aqui a sugestão do Deputado Zarattini, que acho que dá a ressalva necessária quanto a sua preocupação em relação aos bens. Então, eu acho que não há necessidade de adiarmos a votação deste requerimento.

Feita essa ressalva sugerida pelo Deputado Zarattini, que, parece, terá o apoio do Deputado, eu gostaria de manter a votação do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Deputado Betinho...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu só não entendi se ele está fazendo uma ressalva ou excluindo a questão sobre a exportação de bens.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - A ressalva sugerida pelo Deputado Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele fez uma ressalva, não fez uma supressão.

(Não identificado) - Ele fez uma ressalva para suprimir parte do seu texto.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não há problema. Eu acato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. acata? Agradeço a V.Exa., Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Numa eventual necessidade, apresentaremos novo requerimento específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a gentileza.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Para não ser acusado de intransigente, eu decidi acatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É um gesto consensual de V.Exa. Muito obrigado.

Em votação o item 3 da pauta, Requerimento nº 8, de 2015, do Deputado Betinho Gomes.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam, com as exclusões já citadas pelo Deputado Carlos Zarattini, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo, item 4, é o Requerimento nº 9, de 2015, do Sr. Caio Narcio. S.Exa. está presente?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, solicitamos, se possível, inversão de pauta, para que possa ser votado por último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Parece-me que o Deputado Caio Narcio está na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Exatamente. Está vindo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu queria ratificar meu compromisso de só votar requerimentos das Sras. e dos Srs. Parlamentares presentes. Como estamos instituindo essa política agora, é claro que nesta primeira deliberação vamos ser um tanto quanto flexíveis, mas na próxima vamos adotá-la, para que seja política definitiva da Comissão.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Alguns dos requerimentos da nossa bancada são subscritos por dois Deputados. Eu não sei se é o caso deste, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sim. Mas se abriremos exceção para a subscrição, vamos perder a política inicial de só votarmos requerimentos com os autores presentes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - É porque existem... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra, o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, não serão aceitos os requerimentos subscritos, no caso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não! Os requerimentos subscritos também não serão aceitos. É uma forma que nós encontramos para que os Parlamentares possam prestigiar não apenas a Comissão, mas acima de tudo seu requerimento, porque nada melhor do que o autor para defender seu ponto de vista e motivação na confecção do requerimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Próximo item da pauta.

Item 5. Requerimento nº 10, de 2015, do Sr. Antonio Carlos Mendes Tame, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Tribunal de Contas da União, de cópia de processos relativos a análises e investigações sobre operações do BNDES, relativas ao período 2003 a 2015, bem como informação sobre o estágio de andamento de cada uma delas e resultados parciais ou finais já obtidos”*.



Para fazer a sustentação do seu requerimento, concedo a palavra ao eminente Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Obrigado, Sr. Presidente.

A grande maioria dos que compõem esta Comissão já tem experiência política diversificada — alguns foram Prefeitos, outros, Secretários —, já sabem como funcionam os Tribunais de Contas: eles fazem uma amostragem. É muito pequeno o número de obras que são investigadas por eles. Com base na amostragem, fazem a análise e investigam, podendo essas comprovações fazer parte de apartados. Portanto, eles aprovam as contas com restrições, ou da própria aprovação de contas, quando se trata de alguma coisa mais grave.

É nesse sentido que estamos solicitando que o Tribunal de Contas da União encaminhe para análise desta CPI apenas e tão somente aqueles processos que já está analisando. Ele já tem feito investigações analíticas, é claro, sobre essas operações relativas ao período de 2003, 2005. Isso é muito simples. Que nos encaminhe a informação sobre o estágio de cada uma dessas investigações, se já existem resultados parciais ou finais, para que não façamos um trabalho paralelo duplicado, repetido sobre aquilo que já foi analisado. Que possamos aproveitar o trabalho deste órgão auxiliar da Câmara e do Senado, Tribunal de Contas da União.

É nesse sentido que submeto à análise e consideração dos nossos pares o Requerimento 10/15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, eu queria rapidamente fazer duas considerações: a primeira é sobre o apoio ao requerimento do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, a segunda é na tentativa de colaborar um pouco.

Em 2009 o TCU, nosso órgão fiscalizador, encaminhou à Casa as obras com indícios de irregularidades no Brasil, e as principais eram do PAC. A Comissão de Orçamento criou Comissão Especial para estudar essas obras irregulares do PAC. Presidi, com vários companheiros, essa Comissão. Fizemos um relatório que está a público. Mas eu queria chamar a atenção para o seguinte aspecto: fizemos um



documento público vetando os contratos com indícios de irregularidade, em 2009. Conseguimos, TCU, INFRAERO e nós, solucionar os problemas. Com o DNIT, cheio de problemas, sentados frente à frente TCU, DNIT e Câmara, conseguimos alcançar bons resultados. Mas foi impossível chegar a um denominador comum com a PETROBRAS. Não é só a REPAR, são todas as obras que já tinham indícios de irregularidades em determinados contratos. E nós pedimos que fossem suspensos, inclusive pelo BNDES, os repasses a esses contratos com indícios de irregularidade. No entanto, o Presidente Lula glosou e liberou todas as indicações de veto da Casa.

Eu vou tomar a liberdade e pedir à assessoria que passe também aos Deputados da CPI para ver o histórico desses acontecimentos.

O segundo ponto, em respeito ao Presidente, aos Deputados e ao experiente Relator, Deputado José Rocha, se olharmos aqui, a grande maioria dos requerimentos quer uma coisa só. Eu queria propor ao Presidente, que nós autores dos requerimentos, com nossas assessorias, fizéssemos uma reunião e acoplássemos os requerimentos e soubéssemos, porque vamos ficar aqui perdendo um tempo imenso, quando nós todos queremos a mesma coisa.

Eu já fui Relator de CPI e sei que o plano de trabalho é o sucesso de fazermos bem feito. E nós não vamos ficar neste assunto, se está expondo ou se não está expondo, infelizmente. CPI é para dar clareza à sociedade do que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Melles. Não tenho dúvida alguma de que essas informações vão enriquecer o conhecimento de cada um e de todos que compõem esta CPI.

Essa questão de semelhança entre requerimentos, já identificamos há algum tempo, mas, como estamos na primeira reunião deliberativa, achamos melhor fazer o ponto a ponto, para que cada Parlamentar pudesse, neste momento inicial, fazer sua explanação a respeito dos motivos e da motivação da apresentação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Entendido, compreendido e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Em votação o requerimento de autoria do eminente Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprova permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6. Requerimento nº 11, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de cópias de inteiro teor e respectivos aditivos de todos os contratos relativos às operações de financiamento às exportações de serviços, associadas ou não a exportação de bens, realizadas pelo BNDES, concluídas ou não, no período de janeiro de 2003 a julho de 2015, para a República Dominicana, Venezuela, Angola e Cuba”*.

Para se manifestar a respeito, concedo a palavra ao eminente autor, Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, nobres colegas, da mesma forma que deliberamos sobre os requerimentos anteriores, há necessidade de ter conhecimento desses contratos celebrados pelo BNDES e das operações que supostamente constituem a países que não exercem a democracia como exercemos no Brasil.

Mas, enfim, nosso intuito aqui é buscar o conhecimento desses documentos, desses contratos que foram firmados com o BNDES, já acatando o que foi colocado pelo requerimento anterior, do colega Betinho Gomes, de excluir neste momento a exportação de bens e atentarmos ao meu requerimento, a todos os documentos que se colocam em contratos de empréstimos com o BNDES executados para a exportação de serviços entre países, entre qualquer tipo de operação que foram realizadas para esses quatro países.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. Eu iria fazer o pedido, mas V.Exa., com a inteligência e a sensibilidade que tem, já se prontificou a fazê-lo de ofício.

Muito obrigado, Deputado Alexandre Baldy.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.



O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, nessa mesma linha, houve diálogo fraterno com o Deputado Alexandre Baldy.

Muito obrigado, já está atendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o Requerimento nº 11, de 2015, do Deputado Alexandre Baldy.

As Sras. e Srs. Parlamentares que o aprova permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7. Requerimento nº 12, de 2015, do Sr. Miguel Haddad, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de cópias de inteiro teor dos instrumentos contratuais firmados pelo BNDES/BNDESPAR na operação na qual adquiriu participação no capital do Frigorífico Independência, bem como cópia dos autos do procedimento de arbitragem no qual o Banco tentou reverter a operação”*.

Para fazer o encaminhamento, concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, as razões são as mesmas, praticamente, dos requerimentos até agora apresentados.

Estamos iniciando os trabalhos. Esse foi tema recorrente na imprensa, discutido muito, principalmente em relação ao frigorífico, razão pela qual estou apresentando o requerimento para que possamos efetivamente ter as informações necessárias, fazer as devidas apurações e chegarmos a um bom termo.

Peço aos Deputados que aprovem o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Pergunto se alguém deseja encaminhar contrariamente. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera encaminhar contrariamente, submeto à votação.

As Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 12, de 2015, do eminente Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu vou deixar com V.Exa. o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos promover a distribuição.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Quero pedir a atenção do Plenário. Estamos recebendo aqui, com nosso decano à frente, ex-Presidente Bonifácio de Andrada, uma valiosa e competente Comissão de Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre eles, João Leite, Sargento Rodrigues, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares. Sejam muito bem-vindos a esta Casa, companheiros amigos de Minas Gerais! Os Deputados Bilac Pinto, Reginaldo Lopes e outros os recebemos muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu queria agradecer a V.Exa. a contribuição e saudar a eminente delegação de Deputados Estaduais que tão bem representam o povo mineiro.

Muito obrigado pela presença de V.Exas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, eu apresentei o Requerimento nº 142, de 2015, que tem o mesmo teor do requerimento aprovado anteriormente. Eu gostaria de ser coautor, já que trata da mesma matéria, se não houver nenhum impedimento por parte do autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Não há nenhuma restrição, V.Exa. pode subscrevê-lo, por favor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Que este clima fraternal possa prosperar até o final dos trabalhos desta CPI. *(Riso.)*



Item 8. Requerimento nº 14, de 2015, do Sr. Miguel Haddad, que *“requer seja submetido à liberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministério das Relações Exteriores, de Cópias de inteiro teor, em meio magnético e arquivo pesquisável, de todas as correspondências diplomáticas realizadas no período de 2003 a 2015 entre as Embaixadas do Brasil nos países da África e o Ministério das Relações Exteriores em Brasília, nas quais sejam tratados ou mencionados assuntos relativos ao financiamento das exportações de bens e serviços pelo BNDES, com ou sem apoio do PROEX”*.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela complexidade deste requerimento, que trata de informações diplomáticas e informações de negócios que interessam ao Brasil, como país, e às empresas brasileiras, eu acho que muitas das questões, talvez, que o Deputado Miguel Haddad queira ver esclarecidas com este requerimento possam ser tratadas na audiência com o Presidente do Banco, Luciano Coutinho. Então, nós gostaríamos não de votar contra, mas de pedir, caso haja a concordância do Deputado Miguel Haddad, o adiamento da votação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto o autor, Deputado Miguel Haddad, se aceita a proposta formulada pelo Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Desde que seja adiada por uma reunião deliberativa, para ser apreciado na próxima, não tenho nenhuma restrição ao adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Miguel Haddad.

Item 9. Requerimento nº 15, de 2015, dos Srs. Betinho Gomes e Miguel Haddad, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de informações, na forma de quadro ou tabela, onde esteja apresentada detalhadamente (por empresa, fundo, tipo de ativo, valor total e unitário) a*



composição da carteira de ativos da BNDESPAR no final dos exercícios de 2003 a 2014, e no final do primeiro semestre de 2015”.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, eu considero este requerimento essencial, porque o BNDESPAR é um braço do banco que tem participação societária em vários empreendimentos no País. E na semana passada divulgou um balanço financeiro demonstrando prejuízo de 35% em relação ao lucro do banco, considerando o ano passado e este ano. Houve redução de 35% no lucro muito em função das participações societárias através do BNDESPAR.

Por isso, eu considero importante que nós possamos ter acesso às informações para que esta CPI possa se debruçar sobre esses detalhes e avançar em relação à apuração dos requisitos feitos pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa.

Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. Deputado André Moura?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Da mesma forma, também protocolei requerimento hoje no mesmo sentido, com o mesmo teor. Eu gostaria de solicitar ao Deputado Betinho...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Seria uma honra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o item 9 da pauta, Requerimento nº 15, de 2015, dos Srs. Deputados Betinho Gomes, Miguel Haddad e André Moura.

Sras. e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 10. Requerimento nº 16, de 2015, dos Srs. Deputados Betinho Gomes e Miguel Haddad, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta*



Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, da relação dos representantes do Banco em todos os conselhos fiscais, de administração e nas diretorias das empresas nas quais mantém participação acionária, indicando a denominação da empresa, nome do representante e o cargo que ocupa na estrutura do BNDES quando for o caso”.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao autor, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, como já disse, o requerimento anterior... Nós estamos solicitando informações sobre a participação societária. Neste requerimento nós gostaríamos de saber em quais empresas o BNDES tem participação nos conselhos fiscais, os nomes desses representantes, até para analisar que estratégia o BNDES executa em relação a sua participação nesses conselhos fiscais.

Portanto, acho fundamental a aprovação deste requerimento, para o qual solicito o apoio dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Coloco o requerimento em votação.

As Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento de autoria do eminente Deputado Betinho Gomes e Miguel Haddad permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 11. Requerimento nº 37, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de informações, na forma de quadro ou tabela, onde estejam detalhadas todas as operações — de valor unitário superior a R\$ 100 mil — de compra e venda de ações, bem como de debêntures e outros valores mobiliários, efetuadas pela BNDESPAR no período de janeiro de 2003 a julho de 2015, com indicação do tipo de ativo adquirido ou vendido (empresa, tipo de ativo, etc), valor total da operação; valor unitário; justificativa da operação”.*

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, eminente Deputado Alexandre Baldy.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, este requerimento solicita ao BNDESPAR os ativos que estão incluídos no rol das suas participações e bens para que tenhamos a informação, a ciência de tudo que foi adquirido pelo banco, assim como as diretrizes que nortearam essas aquisições, para que possamos sim ter conhecimento das políticas adotadas pelo banco durante esse período para formar essa carteira de bens, de ativos imobiliários, emissões de debêntures, enfim, todas as informações necessárias para que possamos aprofundar o reconhecimento do BNDESPAR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, no mesmo sentido, apresentei o Requerimento nº 139, de 2015, hoje, com o mesmo teor, e quero pedir autorização ao Deputado Alexandre Baldy para ser coautor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pergunto ao Deputado Alexandre Baldy se vê alguma objeção no pedido do Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o Item nº 11. Requerimento nº 37/15, do Sr. Deputado Alexandre Baldy, anexado agora também ao do Deputado André Moura.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Requerimento nº 38, de 2015, do Sr. João Gualberto, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de cópias de inteiro teor de todas as Atas e documentos similares das reuniões do Comitê de Enquadramento e Crédito e Mercado de Capitais do Banco, realizadas entre janeiro de 2013 e julho de 2015”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, a justificativa desse requerimento é conhecer e avaliar essa documentação para entender a lógica e a motivação das decisões de enquadramento.



Então, é somente isso. Eu peço aos pares que me acompanhem nesse requerimento para que possamos conhecer, repito, a lógica e a motivação desses enquadramentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado João Gualberto.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes para se manifestar contrariamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, quero dialogar com o autor do requerimento, Deputado João Gualberto, no sentido de que as atas trazem todas as informações, inclusive informações sigilosas do ponto de vista da saúde financeira de todas as empresas, e são milhões e milhões de folhas de papel, porque há uma reunião semanal do Comitê de Enquadramento de Crédito. Talvez uma proposta para dialogar fosse substituir por tabelas, trazendo as informações dos enquadramentos, mas não a ata, até para facilitar o processo de investigação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João, o Deputado Reginaldo faz uma proposta a V.Exa. de substituição das atas por tabelas. V.Exa. fique à vontade para se manifestar a respeito da proposta.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Se receber somente as tabelas, nobre Deputado, não vamos entender a lógica. Queremos entender a lógica e a motivação. E somente com as atas é que nós vamos entender a lógica e a motivação dos enquadramentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Acho que é importante essa discussão aqui porque, de fato, esse é um requerimento que vai trazer a lume informações de todas as empresas que foram analisadas pelo Comitê de Enquadramento, as que foram e as que não foram aprovadas.

Como disse o Deputado Reginaldo Lopes, são milhares de informações e a maioria delas pouco vai contribuir para esta CPI. Talvez o Deputado esteja em busca de alguma informação específica. E essas informações vão ser aqui espalhadas.



Eu não vejo nenhum sentido nisso do ponto de vista da investigação da CPI. Se o Deputado tem foco em alguma reunião, em alguma ata, em alguma decisão, talvez fosse melhor apresentar um requerimento tratando desse momento, porque aqui haverá a possibilidade de se tornarem públicas as informações de milhares de empresas do Brasil que consultaram o BNDES sobre financiamento, aprovado e não aprovado.

Portanto, essa proposta que o Deputado Reginaldo faz me parece melhor porque ela traz aqui todas as informações, melhor dizendo, das empresas que foram avaliadas pela Comissão de Enquadramento do BNDES. Acho que essa é a questão que realmente interessa.

Eu creio que não interessa a esta Comissão tornar públicas informações sigilosas — uma boa parte delas —, que não serão analisadas por esta Comissão ao fim e ao cabo.

Então, gostaríamos aqui de propor uma mudança nesse requerimento para que ele possa ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É exatamente o que o Deputado Carlos Zarattini disse. Nós queremos conhecer a motivação. Por que umas foram aprovadas e outras rejeitadas? É exatamente isto o que nós queremos: entender.

Então, eu acho que, se não vier desse jeito, não vai adiantar nada. Isso vai vir em meio magnético. As pessoas vão querer ver alguns contratos. Eu acho que o nosso pedido não é para quebrar sigilo, é para ter conhecimento das motivações e da lógica. Qual é a lógica desses empréstimos? Por que uns são enquadrados e outros não? É isso o que queremos saber. É isso que nós queremos investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu me socorro aqui já da experiência do nosso Secretário que, apesar de muito jovem, já tem algumas CPIs e ele me informa o seguinte: esses pedidos de informações, quando a instituição sentir que algo sigiloso não possa ser aberto à CPI, já vêm com uma tarja. Então, essas instituições já têm esse cuidado. E eu quero acreditar que o BNDES, por ser uma instituição com mais de 60 anos no solo brasileiro, irá tomar essas precauções.

Então, acho, Deputado, que o próprio BNDES já tem a liberdade de tomar o cuidado com as informações que jogar sigilosas, mesmo porque esse requerimento



é de igual teor ao que nós já aprovamos no início da nossa reunião deliberativa, quando havia pedido de informações.

Então, eu acho que nós podemos, sim, Deputado Zarattini, aprovar o requerimento do Deputado João Gualberto, ou não, dependendo de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira. Em sequência, os Deputados Paulão e Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Esse, na minha opinião, é um requerimento muito amplo. Se nós formos analisar que hoje, por exemplo, só na minha região há 4 mil e poucas empresas, imaginem quantos e quantos contratos foram analisados, negados ou não.

Então, ele é muito amplo. E, se ele for igual ao primeiro que já foi aprovado, aproveitamos o primeiro, então.

Essa é a minha opinião. Eu, da forma como está aqui, aconselho que seja mais objetivo porque realmente ele é muito amplo mesmo, vai atingir milhares de empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Gualberto na linha do que fez o Deputado Reginaldo Lopes.

Inicialmente, eu acho que deveríamos mudar de atas para tabelas. Na medida em que ele destacasse algum ponto importante na tabela solicitaria, em outro momento, a ata, em razão da quantidade, porque devem ser mais de 20 mil contratos.

E há o problema da temporalidade da CPI e do foco. Então, em primeiro lugar, Deputado Gualberto, seria tabela. Vamos fazer um consenso. Se V.Exa. perceber algum fato que mereça destaque, pode solicitar a ata específica daquele contrato para, de forma prudencial, ser encaminhada à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Deputado...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já ouço V.Exa.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Deputado, eu queria tranquilizá-lo com a informação de que não há toda essa quantidade de contratos que os colegas estão imaginando, a maioria dos contratos é aprovada pelos agentes — Banco do Brasil, Banco do Nordeste etc. Só são aprovados por esse comitê os grandes contratos. E esses são poucos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a bancada de Deputados Estaduais que vieram hoje de Minas Gerais, na presença dos dois Líderes, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, e quero aproveitar para propor uma solução, talvez um meio-termo entre a proposta do Deputado João Gualberto e a do Deputado Reginaldo Lopes.

Eu vejo que a oportunidade de termos uma tabela que propõe e discrimina as atividades é uma inicial saída para uma pré-análise, mas gostaria que esse requerimento já autorizasse que, diante da averiguação, ele pudesse, ao longo da sua análise, também requerer os contratos que queira acompanhar.

Então, qual é o encaminhamento? Que ele não precise, em outro momento, ter que aprovar outro requerimento para ter acesso às atas que ele achar importante examinar.

Então, nesse primeiro momento viria uma tabela e, depois, de acordo com a necessidade dele, esta Comissão já o autorizaria a ter acesso aos contratos que fossem do interesse nesse requerimento.

Acho que é uma solução mais razoável, porque a entrega desse volume de contratos realmente seria complicada.

Então, a Comissão o autorizaria a ter acesso a tudo, mas num primeiro momento ele teria acesso a essas tabelas e, em outro momento, porque já autorizado pela aprovação do requerimento, poderia ter acesso aos detalhamentos que achasse necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. pela bela sugestão.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Edio Lopes.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção desta Comissão e do autor do requerimento em discussão. Nós não podemos fugir aos pressupostos constitucionais que regem as criações e o andamento das CPIs. A ementa de criação desta CPI é bastante esclarecedora. Diz: *“Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos”*.

Logo, eu entendo que esta CPI não pode aqui tratar de pedido de empréstimos que não foram concedidos, porque aí nós estaríamos ultrapassando os limites do requerimento da criação da CPI. E estaríamos aqui promovendo uma verdadeira devassa no Banco Nacional de Desenvolvimento. Não é esse o objetivo desta Comissão.

Portanto, eu peço ao autor que exclua do seu requerimento os empréstimos não concedidos, porque, da maneira como está, no meu modesto entendimento, o BNDES teria que nos encaminhar não só os contratos de empréstimos concedidos, mas todos os que, eventualmente, tenham sido objeto de análise pelo banco.

Portanto, para podermos prosseguir na votação dos requerimentos, faço essa sugestão ao autor do requerimento em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, embora eu leve em consideração a manifestação do Deputado Edio Lopes, entendo que é essencial nós podermos compreender qual era a política do BNDES, as razões pelas quais ele aprovou determinados empréstimos e por que não aprovou outros, porque é exatamente isso, Deputado.

Porque há irregularidade também quando o BNDES diz “não”. A irregularidade não está só quando há o empréstimo, mas também quando a empresa é preterida, porque essa empresa tem uma linha de crédito subsidiada e a outra não. Esse comparativo e as motivações podem permitir uma melhor avaliação da política de desenvolvimento, da política econômica do BNDES.



Chamar as empresas, convocar as empresas, inclusive, convidar as empresas que não foram beneficiadas me parece que é um caminho saudável para podermos, de forma efetiva, avaliar a política do BNDES durante todos esses anos.

E aí não é nenhuma caça às bruxas. Não há como termos uma meia CPI. Nós estamos discutindo aqui uma meia CPI. Não podemos ter uma meia CPI, temos que ter uma CPI completa, que tenha bom senso, que busque resultados, que possa efetivamente apresentar requerimentos, requerimentos legítimos, dentro de um determinado critério constitucional, que não avance na quebra de sigilo, mas que permita liberdade aos seus componentes.

Então, conhecermos melhor os critérios do que foi aprovado e do que não foi aprovado me parece extremamente saudável para podermos caminhar nos próximos meses. Por isso, eu quero fazer a defesa do requerimento do Deputado João Gualberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com a proposta do Deputado Caio Narcio, fazendo o seguinte adendo: de posse da tabela, quem aqui quiser pode solicitar uma ou outra informação, uma ata específica, devendo essa solicitação ser feita por escrito e com conhecimento prévio da Comissão. E que essa ata seja tratada de forma sigilosa, como nós já combinamos anteriormente. Dessa forma eu concordo com a proposta do Deputado Caio Narcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Olha, nós podemos ter a oportunidade de discutir a política do Banco. Mas não é esse o objeto da CPI. A política do banco foi política de governo que quem discutiu e aprovou foi a população, quando teve condições de discutir e aprovar.

Não é esse o debate que está aqui posto. É um bom debate, inclusive, para fazer a análise da política adotada pelo BNDES anteriormente e agora. É um bom debate, mas não é esse o objeto da CPI. Nós estamos investigando supostas irregularidades, mas não supostas irregularidades do que não foi concedido. Aliás, o requerimento de criação desta CPI é muito claro ao se referir a empréstimos



concedidos a outros países, empréstimos com suspeita de estarem eivados de corrupção, concedidos a empresas de fachada, conforme denúncia. Em segundo lugar, as nove empreiteiras envolvidas na Lava-Jato. E, terceiro, empréstimos realizados com critérios questionáveis. Esse é o objeto da CPI.

Portanto, parece-me que fugir desse objeto da CPI é uma discussão interessante da política do BNDES que nós vamos ter possibilidade e condições de fazer. E é um bom debate, um debate interessantíssimo para fazer a distinção entre as duas políticas adotadas, uma para vender o patrimônio público e outra para fazer investimento e fortalecimento das empresas nacionais. É um bom debate, mas acho que o foco da CPI é o que está estabelecido no requerimento. Tem que ter objeto concreto, definido na sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Presidente, só para concordar com o autor e com o nosso Vice-Presidente, Miguel Haddad, para nós termos ciência da forma como BNDES trabalhou entre 2003 e 2015, que é o escopo da CPI, nós precisamos entender quais foram as políticas do Comitê de Crédito.

As operações que foram realizadas por bancos parceiros, como já citado aqui pelo autor, Banco do Brasil e quaisquer outras instituições, não entrarão na análise do Comitê de Crédito. O cartão BNDES — são milhares de operações ou a larga maioria. Aqui são as operações que passaram pelo Comitê de Crédito e que balizaram a política de desenvolvimento econômico do BNDES.

Então, é de fundamental importância que deixemos como redigiu o autor para podermos compreender quais foram as análises e quais foram as diretrizes utilizadas pelo Comitê de Análise de Crédito para conceder e para não conceder os empréstimos.

Alguns contratos já foram colocados à disposição pelo próprio banco. Há de se discutir a questão do sigilo, mas o próprio banco já disponibilizou pela Internet nos últimos tempos.

Então, nós precisamos reconhecer essa política de crédito. E é fundamental que nós tenhamos essas atas para compreender a fundo o que norteou a política de concessão ou não, porque um empreendedor tem direito e outro não a acessar o crédito do BNDES, concedido com recurso público.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto, várias propostas foram feitas a V.Exa. Eu pergunto se alguma das propostas feitas pelos eminentes Parlamentares satisfaz o desejo de V.Exa. expresso no seu requerimento, se V.Exa. acata o posicionamento do Deputado Caio Narcio, do Deputado Carlos Zarattini, para podermos dar andamento à pauta. Ou V.Exa. mantém o seu texto na originalidade?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad, expôs muito bem: nós queremos saber qual foi a lógica utilizada, no exame dos contratos, para conceder ou não os empréstimos.

Na Bahia mesmo, Deputado Davidson Magalhães, eu recebo reclamações de alguns empresários que foram preteridos quando pleitearam empréstimo. Eles alegam que não lhes foram concedidos empréstimos porque não são do PT. Temos que esclarecer isso para a sociedade.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Se quiser, quando sair daqui eu lhe digo quem é V.Exa. vai lá perguntar para ele.

Então, nós temos que saber a lógica, para tirar essas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom, como nós tentamos avançar e não conseguimos, vamos a votos.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que aprovam o Requerimento nº 38, de 2015, constante do Item 12 da pauta, do Deputado João Gualberto, permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Já tem 1 hora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não.

Aprovado o requerimento. Está aprovado o requerimento.

(Não identificado) - Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu pedi verificação, por favor, votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós não temos 1 hora ainda para pedir verificação.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Votação nominal, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós não temos ainda 1 hora. O requerimento está aprovado.

Item 13. Requerimento nº 42, de 2015, do Sr. Carlos Melles, que *“solicita que esta CPI requisite ao BNDES cópias de contratos, estudos e outros documentos relacionados às operações de financiamento, participação societária, entre outras, que têm como contraparte o banco, direta ou indiretamente, abrangendo o período de 2003 a 2015”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O Requerimento nº 38 foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foi aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como ele trata dessas questões que dizem respeito a sigilo comercial, que esses documentos sejam colocados na sala-cofre para que a eles tenham acesso somente as pessoas autorizadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou ratificar o que eu disse no início da reunião: nós vamos tomar todas as cautelas, todas as medidas com atos extremamente responsáveis para não distribuímos informações de caráter sigiloso, para não prejudicar as empresas.

Essas circunstâncias todos nós discutimos hoje pela manhã e nós vamos dotar esta Comissão de todos os cuidados e da cautela necessária. É necessário criarmos toda a infraestrutura para que as Sras. e os Srs. Parlamentares tenham todas as condições de proceder ao processo investigatório. Mas temos que ter cautela e zelo com as questões de mercado, principalmente por envolver uma instituição que há mais de 60 anos presta bons serviços à sociedade brasileira, que é o BNDES.

Então, de mim V.Exas. podem aguardar essa posição de equilíbrio nessa balança.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Cautela e canja de galinha não fazem mal a ninguém! Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Item 13. Requerimento nº 42, de 2015, do Sr. Carlos Melles, que *“solicita que esta CPI requisite ao BNDES cópias de contratos, estudos e outros documentos relacionados às operações de financiamento, participação societária, entre outras, que têm como contraparte o banco, direta ou indiretamente, abrangendo o período de 2003 a 2015”*.

Concedo a palavra agora ao eminente autor, Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obviamente isso já foi tema de outros requerimentos, ele só complementa. E aqui o que nós estamos tentando buscar é esse conhecimento que todos querem ter, que é, através das demandas, das análises, como o BNDES escolheu esses parceiros, onde pôs, sobretudo o BNDESPAR, a sua contrapartida nos segmentos que ele elegeu mercedores de financiamento.

Então, é mais uma contribuição, um requerimento com o objetivo de trazer mais conhecimento para que a CPI possa avaliar e decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu quero discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado André Moura

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Da mesma forma, Sr. Presidente, eu apresentei o Requerimento nº 141, de 2015, com o mesmo teor, e eu gostaria de solicitar ao autor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Melles, o Deputado André pede a anuência de V.Exa. para juntar requerimento de igual teor ao de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Agradeço.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Agradeço também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu começo indagando de V.Exa.: a que horas nós completaríamos a hora de intervalo entre as votações nominais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Às 15h03min foi a primeira.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu quero, uma vez mais, alertar esta Comissão. Eu estou vendo o encaminhamento de V.Exa., rendo-me à orientação de V.Exa., mas me parece que nós aqui, primeiro, estamos quebrando o sigilo para depois botarmos numa sala e darmos o tratamento de matéria sigilosa. Não é esse o encaminhamento, Sr. Presidente, *data vênia* do entendimento de V.Exa.

Nós precisamos aqui carimbar como quebra de sigilo aquilo que nós entendermos como quebra de sigilo, porque o que vai acontecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes, deixe-me dar-lhe uma informação: eu não coloquei as quebras de sigilo na pauta exatamente por conta dessa preocupação.

Eu hoje conversei individualmente com vários Parlamentares que apresentaram requerimentos de quebra de sigilo no período gigantesco de 2003 a 2015. Então, esse cuidado eu tive. Nenhum requerimento solicitando quebra de sigilo está na pauta de hoje. Nenhum! Eu fiz questão de, pessoalmente, conversar com o autor para que ele pudesse transformar a quebra de sigilo em transferência de sigilo, exatamente para que nós tivéssemos aqui a certeza e a convicção de que esses documentos só seriam examinados por integrantes desta CPI.

Então, há uma confusão neste momento de pedido de informações que pode ser exagerado e abrangente, mas não configura, de maneira nenhuma, quebra de sigilo. Eu respeito o posicionamento de V.Exa., mas o cuidado que V.Exa. está tendo, o zelo que V.Exa. está tendo neste momento eu tive logo pela manhã e conversei de forma individualizada com os integrantes da CPI sobre a questão de quebra de sigilo.

Nós estamos atentos, Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu quero completar o meu raciocínio, se V.Exa. me permite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pois não. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, o que nós estamos aprovando aqui são requerimentos em razão dos quais virão para esta CPI informações que serão consideradas sigilosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ou não.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Ou não. Parece-me aqui que se alguém subscrever um requerimento solicitando o extrato, a informação que encaminha o extrato bancário, sem que peça que seja carimbado com a expressão “quebra de sigilo” nós estaremos adotando numa conduta que V.Exa. adotou nesta Comissão.

Eu volto a insistir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu não estou adotando, não. Quem adotou foram V.Exas. V.Exas. é que votam, não sou eu. Eu não voto.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas V.Exa. tem orientado assim. Muito embora não seja papel da Presidência orientar. V.Exa. tem se conduzido dessa forma.

O que nós vamos receber do BNDES, Sras. e Srs. Deputados, é um amontoado de papéis, todos com tarjas negras, com alguns...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio, V.Exa. está contradizendo o posicionamento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. acabou de dizer que o banco vai mandar tudo o que for sigiloso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agora V.Exa. está dizendo que vão vir tarjas na documentação do banco. E eu estou exatamente afirmando a V.Exa. que o banco vai identificar, Deputado Edio, o que é sigiloso para a instituição e o que não é sigiloso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu gostaria que quando estivesse falando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem 2 minutos para concluir.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu gostaria que V.Exa. me ouvisse, depois V.Exa. fala o que bem entender. Mas que ouvisse os Deputados. V.Exa. não permite que os Deputados falem, V.Exa. não permite que os Deputados terminem o raciocínio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está falando já pela quarta vez já.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu entendo que a orientação de V.Exa. é importante para o bom andamento desta Comissão. Mas V.Exa. não pode interromper o Deputado quando está, dentro do seu tempo regimental, falando, sob pena de nós ficarmos aqui num pingue-pongue, num bate boca sem fim, Sr. Presidente. E entendo que não é esta a principal função do Presidente de uma Comissão.

Pois bem, eu quero concluir dizendo, Sr. Presidente, que da forma como os requerimentos estão transcritos, nós estamos, de forma camuflada, pedindo, requerimento atrás de requerimento, a quebra do sigilo das empresas. Este é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. já terminou? Eu respeito o posicionamento de V.Exa. E V.Exa. precisa respeitar o meu, que sou totalmente contrário ao único posicionamento que eu estou vendo, que é o de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio. Depois V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, para contribuir aqui com relação ao momento em que estamos ouvindo o nobre Deputado, o que eu entendo é que nós estamos em meio a uma investigação.

Os requerimentos são solicitações que dão instrumento para que a investigação ocorra. Não há necessidade de o Deputado se alterar da maneira como fez. Acredito que V.Exa. tem feito uma boa condução aqui dentro, de maneira imparcial, e acho que os requerimentos têm sido aprovados de forma democrática.

O que me estranha mais ainda é ver, em algum momento, o Deputado sabendo de detalhes como os documentos virão à CPI. Eu não entendo o vínculo institucional que o Deputado tem com o banco para saber esse nível de informação... Não, respeite a minha palavra. V.Exa. estava cobrando que ele respeitasse a sua palavra, eu estou falando agora. Agora V.Exa. respeita.



Então, o que me estranha muito neste momento é que eu não vejo o vínculo do Deputado com o banco para poder saber esse nível de informação de como as documentações chegarão à CPI. Isso me estranha muito. E, inclusive, me motiva mais a continuarmos aprovando os requerimentos que estão aqui para elucidarmos as nossas dúvidas. Quanto mais transparente, mais saberemos que estaremos fazendo o nosso papel investigativo. Se não há nada errado, então não há o que esconder.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o objeto da investigação é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. Esses requerimentos que nós estamos aqui debatendo, alguns nós aprovamos sem discussão alguma, não há problema algum com eles, são documentos que trazem à luz informações das empresas que pedem financiamento ao banco.

O que se está fazendo aqui, na verdade, representa uma verdadeira devassa nas empresas, e não no banco. Aqui se está propondo abrir documentos sigilosos de todos os tipos. Isso é um equívoco desta Comissão, porque poderá ensejar, inclusive, vazamentos de informações de empresas que podem trazer prejuízos a essas empresas. Que eu saiba, esse não é o objetivo de nenhum dos membros desta CPI, mas, ao trazer documentos para cá, ainda que fiquem em uma sala, ainda que tenham carimbo de documentos sigilosos e uma série de cuidados, pode acontecer, porque hoje qualquer um, com celular, fotografa um documento.

Então, o que queremos pedir aqui é um pouco de cautela a esta Comissão. Se existem irregularidades em uma determinada empresa, então vamos fazer uma investigação pontual. Mas o que esse requerimento está solicitando é uma ampla devassa nas empresas que foram ao BNDES.

Por isso, Sr. Presidente, nós somos contrários, nós queremos que haja investigação só sobre aquilo que for crítico e não sobre o conjunto de empresas que foram ao BNDES solicitar financiamento.



Portanto, nós somos contrários à forma como está redigido esse requerimento, com pedido de cópias de contratos, estudos e outros documentos relacionados a operações de financiamento, participação societária, entre outras, que têm como contraparte o banco. Sobre a participação societária nas empresas, qual o objetivo de ter esse conjunto de informações, esse conjunto de questões que não vão contribuir com a investigação?

Sr. Presidente, eu acho que a Comissão tem que ter um pouco de responsabilidade sobre aquilo que está aprovando. Nós não temos nada contra investigar o banco, mas queremos que haja um posicionamento de respeito ao conjunto das empresas que foram ao banco solicitar financiamentos para os seus projetos e que foram analisadas pelo banco. Ofereceram esses documentos ao banco no pressuposto do sigilo, e agora esta CPI, sem motivo aparente para qualquer uma dessas empresas, está investigando o seu sigilo. Não tem sentido isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, quero discordar frontalmente da afirmação do Deputado Zarattini de que esta CPI está agindo de maneira irresponsável. Ele disse que é preciso ter responsabilidade no que nós estamos aprovando e eu digo a S.Exa. que estamos sendo absolutamente criteriosos e responsáveis a partir da votação de cada requerimento. As informações que aqui vão chegar nós analisaremos com todo o cuidado necessário, ninguém aqui está querendo prejudicar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o que nós queremos é transparência, elucidação. Essa é a melhor forma de preservar esse banco.

Se houve financiamentos com algum tipo de falha, algum tipo de problema, algum tipo de incorreção, que nós busquemos saber quais os problemas ocorridos, a sociedade tem o direito de saber como tem sido conduzida a operação do banco para que possamos ter clareza e se dissipem as dúvidas.

Eu torço muito para que, no final desta CPI, cheguemos à constatação de que nada de irregular está acontecendo, mas nós temos o direito de saber, porque há muitas suspeições, e é necessário saber o que está acontecendo em relação a esses financiamentos.



É bom dizer que muitas das empresas que receberam financiamentos estão diretamente envolvidas no escândalo da Lava-Jato. Portanto, acho que a sociedade exige de nós uma apuração criteriosa, mas cuidadosa.

Queria aqui, mais uma vez, dizer que discordo dessa afirmativa e quero endossar e apoiar a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPI, que até este momento tem mantido o equilíbrio e feito uma condução muito positiva dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Betinho Gomes.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu quero chegar à Carta Maior. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E também o seguinte: sigilo é exceção, Sr. Presidente, e a exceção será tratada como tal, e V.Exa. está com esse cuidado todo.

A princípio, Sr. Presidente, eu não vejo o porquê desse sanhaço, essa casta que estão querendo colocar sobre os pedidos dos Deputados que querem investigar. Vamos saber. O que tem que ser público tem que ser legal. Se tiver alguma coisa ilegal e tiver de ser sigiloso, a exceção será tratada como tal, é exceção só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado.

Sinceramente, eu não quero acreditar que o banco, com a formação e com os profissionais que tem, vá enviar a esta Casa documentos sigilosos sem que a CPI peça. Eu não acredito nessa inocência dos integrantes do BNDES.

Com a palavra o Deputado Covatti.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, colegas Deputados, Sr. Relator, aniversariante do dia, (*palmas*) a quem já dei os parabéns pessoalmente, nós, em tese, estamos chovendo no molhado. Desculpem-me as palavras, mas cada um tem seus argumentos, cada um tem o que falar, até o Secretário da Comissão já falou. Normalmente, se o banco quiser mandar os documentos, ele manda, nós não



o estamos obrigando a fazer nada, nós não estamos quebrando o sigilo, nós só estamos buscando informações. Ao mesmo tempo em que uma empresa busca um banco de desenvolvimento, que administra dinheiro público, ela está aceitando ser investigada por esta Casa.

Então, toda essa teia do BNDES nós temos condições de investigar, nós temos como pedir informações, nós somos obrigados a isso, até porque estamos aqui para investigar, mas nós temos de ter ideia de que, se o banco não quiser trazer essas informações para cá, a não ser nesses requerimentos, ele não vai ser obrigado. Ao mesmo tempo em que uma empresa busca esse dinheiro, ela está apta a ser investigada por esses Deputados.

Quero deixar claro que, neste início de trabalho, cada um tem sua opinião, cada um tem que defender o que bem quiser e o que bem pretender aqui. Mas acho que todos nós estamos conscientes, porque não estamos aqui olhando o lado partidário, o lado que hoje é nossa sigla, claro, porque somos indicados por aqui, mas estamos olhando o lado de um banco de suma importância para o Brasil e o mundo, e precisamos ter a consciência de investigá-lo, já que paira essa nuvem de dúvidas sobre o banco.

Então, Sr. Presidente, temos que deixar isso claro e seguir com os trabalhos. Eu recomendo já colocar em votação esse requerimento para seguirmos com os trabalhos. Temos 29 requerimentos na pauta e até quinta-feira da semana que vem o Presidente vai estar aqui. Acho que precisamos nos preparar também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Covatti.

Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro. Depois ouviremos o Deputado Coutinho e retomaremos à votação ouvindo o autor.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Rapidamente, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. Acho que todos os membros desta Comissão estão imbuídos de fazer o que a sociedade brasileira e este Congresso se propõem a fazer, que é uma investigação sobre o BNDES.

Isso suscita entre nós concepções diferentes. Eu, por exemplo, sou daqueles que acham que um ex-Presidente da República que viaja o mundo promovendo o



seu País, o desenvolvimento econômico do seu País merece de nós elogios e não críticas. Respeito a posição, neste Parlamento e nesta Comissão, daqueles que acham que aí poderia haver conduta não pertinente a um ex-Presidente. Talvez aqueles que miram, em muitos aspectos, o exemplo dos Estados Unidos aplaudam quando ex-presidentes norte-americanos viajam pelo mundo fortalecendo a economia norte-americana. De modo que eu acho que essas diferenças estarão presentes entre nós. É importante também que essas diferenças possam suscitar para nós e para a sociedade brasileira certa visão sobre o Estado brasileiro.

E acho que os Parlamentares aqui, para além da investigação, não podem suplantam o compromisso com temas que são centrais ao Estado nacional. De modo que o apelo que faço a esta Comissão é que nós possamos focar nos documentos e nas informações que queremos obter. Não é razoável para uma CPI que tem o seu prazo de vigência determinado, podendo ser prorrogado, mas um prazo curto, apresentar dezenas de requerimentos pedindo documentos que vão de 2003 a 2015 de forma indistinta. Eu temo que isso possa se perder num emaranhado de informações, na perda de foco, sem que consigamos, a pretexto de impor um determinado desgaste, um determinado... De se fazer, em determinado momento, até mesmo uma luta política em torno da concepção que tem gerido as ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a pretexto disso, impor uma grande confusão à sociedade brasileira. Esse é um resultado nítido do objeto desta CPI. De modo que eu não falo apenas do requerimento em tela, respeitosamente me dirigindo ao Deputado Melles, do meu Estado, mas de uma preocupação que eu vejo num conjunto de requerimentos cujo escopo é tão abrangente que temo não oferecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os devidos elementos para proceder a uma investigação e a um debate mais aprofundado.

Eu pediria que nos próximos requerimentos nós pudéssemos, à luz desse raciocínio, concentrar as informações no sentido de propiciar a esta Comissão um estudo mais aprofundado. Eu acredito que isso daria a esta Comissão um resultado mais positivo, atendendo ao anseio de todos os que depositaram a expectativa na existência e no funcionamento da Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, mais uma vez acho que é importante ressaltar que não há aqui a intenção de abrir e revirar empresa nenhuma. A nossa intenção é investigar empréstimos de um banco público, feitos com dinheiro público. Se essas empresas eventualmente se colocaram na posição de pegar empréstimo com dinheiro público, deveriam saber que, exatamente por se tratar de dinheiro público, haveria, em algum momento, a possibilidade de isso, de alguma forma, ser publicizado.

Não tenho aqui, como alguns afirmaram, a visão de que nós estamos querendo revirar empresas. Nós estamos querendo manter o foco desta CPI, vislumbrando não o passivo antigo da empresa, mas exatamente o momento do empréstimo.

Quero também compartilhar com o nobre Deputado Wadson Ribeiro, meu companheiro de Estado, que eu não vejo problema nenhum — muito pelo contrário — em um ex-Presidente da República viajar o mundo dando protagonismo a empresas deste País. Acho que tem todo o direito de fazê-lo para promover o nosso Brasil. Eu só não entendo isso quando as suas viagens se tornam, ao fim delas, um compromisso do banco, que tem autoridade (*falha na gravação*) uma viagem resultante de promoção do País que tem um financiamento de um banco público. Aí eu vejo que nós precisamos realmente ver o que está acontecendo. Sem acusar ninguém, eu acho que é o momento de esclarecermos as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu queria fazer um apelo a V.Exas. Nós estamos ainda na metade da nossa pauta e já são 16h20min.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - É isso que eu ia sugerir, Presidente, porque está havendo intervenções repetidas, ou seja, para o mesmo assunto o Deputado fala mais de uma vez. E aí não vai dar. Então, vamos colocar em votação e justificar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Daqui para a frente, nós vamos adotar o princípio de dois a favor e dois contra o requerimento.

Deputado Carlos Melles, para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado, Sr. Presidente.



A título de esclarecimento, sobretudo ao Deputado Reginaldo, ao Deputado Zarattini e ao meu conterrâneo de Juiz de Fora, o Wadson, eu estou mostrando aqui ao Zarattini a reportagem da revista *Época* da semana passada. Foi uma das coisas que mais motivaram a criação da CPI. A sociedade quer saber onde o BNDES aplicou o recurso do Fundo de Garantia e seus demais recursos. O maior banco de fomento do mundo é o BNDES hoje. E é bom. Nós estamos querendo a transparência do processo, e isso a gente vai ajudar a fazer. Mas, se vocês lerem um artigo da Miriam Leitão, vão constatar que ela fala assim: *“Será que escolheram bem os parceiros?”*

Agora eu estava mostrando para o Zarattini o texto do requerimento, para haver maior isenção. E esse requerimento, talvez, seja um dos mais claros e simples desta data de hoje.

O Marcos Lisboa foi o homem forte do Ministro Palocci e trabalhou no Governo Lula no primeiro mandato. O Marcos Lisboa faz uma análise de que, hoje, ao rever a situação, o BNDES poderia ter aplicado em outros setores com melhor resultado para o País. Um grupo do BNDES diz que não, que era ali mesmo que se deveria aplicar.

Eu vou citar um exemplo para vocês verem: a fusão da Oi com a Brasil Telecom em 2008 foi impulsionada pela injeção de capital do BNDES, do Banco do Brasil e de um fundo de pensão. Essas três estão absolutamente recriminadas. O fundo de pensão está mal nesse investimento, o Banco do Brasil está mal e o BNDES também está mal. Mas nesse documento, no requerimento, não tem nenhuma pegadinha. Ele é o melhor, pois diz o seguinte: *“(...) contratos e estudos onde o banco resolveu ter participação societária”*. Ele é claro, limpo, transparente e vai nos dar uma condição muito boa de defender ou acusar. Quer-se uma transparência, muito simples, para sabermos onde o BNDESPAR aplicou o dinheiro.

Por outro lado, a mídia traz aí, Presidente, que se somam 145 bilhões em subsídios dados pelo BNDES. Quer dizer, foi um dinheiro que a sociedade destinou às empresas que foram beneficiadas com juros subsidiados nesse investimento.

É a análise que nós queremos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o Requerimento nº 42, de 2015, do Sr. Carlos Melles.



As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Verificação nominal sugerida pelo Deputado Carlos Zarattini.

Peço o apoio de alguém. O pedido tem apoio? *(Pausa.)*

Retirada a verificação nominal sugerida pelo Deputado Carlos Zarattini.

Agradeço a V.Exa., Deputado Zarattini.

Item 14. Requerimento nº 60, de 2015, da Sra. Cristiane Brasil, que *“requer ao BNDES a relação de todos os contratos firmados pelo ref. Banco em apoio a projetos desenvolvidos no exterior”*.

Para falar sobre o requerimento, concedo a palavra a S.Exa. Deputada Cristiane Brasil.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados que fazem parte desta CPI, o grande objetivo desse requerimento é pedir uma cópia integral em meio magnético de um relatório que pudesse ser produzido pelo BNDES, com a razão social das empresas beneficiadas com recursos e seus respectivos CNPJs, a data de realização dos contratos, os valores dos montantes financiados, as garantias ofertadas para cada empréstimo, o seu correspondente impacto no capital de crédito regulatório alocado e o nome dos países onde se realizou o desenvolvimento dos projetos, com respectivos *ratings* e garantias ofertadas relativas a todos os projetos desenvolvidos em parceria com o BNDES no período de 2003 a 2015, sendo esse o lapso temporal abrangido pela presente CPI.

E por que isso? Porque, dessa maneira, o BNDES pode nos oferecer um relatório completo dessas operações e desses contratos e, baseados nas respostas oferecidas pelo banco, nós poderemos ser mais específicos com relação justamente a montanhas e montanhas e montanhas de documentos a serem produzidos e focar exatamente naqueles que, aparentemente, apresentem algum indício de irregularidade e que possa ser investigado mais a fundo.



É por isso que nós sugerimos que esse requerimento seja aprovado, justamente no intuito de colaborar com o trabalho desta CPI em toda a sua abrangência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se algum Parlamentar gostaria de encaminhar contra o requerimento.

Para falar a favor, Deputado Edio Lopes? V.Exa. vai de zero a cem rapidamente! Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não, meu Presidente! Não! Vou mostrar que V.Exa. está equivocado. O requerimento da Deputada Cristiane Brasil é o tipo de requerimento que nós deveríamos estar apreciando desde o início. O que a Deputada está pedindo? A Deputada está pedindo as informações elementares para formação de juízo e aí, sim, poderemos pedir ou não aquelas informações camufladas nos outros requerimentos.

A Deputada está pedindo um relatório minucioso dos empréstimos concedidos pelo BNDES. É disso que nós deveríamos estar tratando aqui; e não de bate-pronto pedindo a íntegra das atas, a íntegra dos contratos, muitas das vezes pedindo a quebra de sigilo de forma camuflada.

Portanto, nós vamos apoiar o requerimento da Deputada, porque este, sim, tem o alcance de que nós precisamos nesta Comissão. Vamos pedir todas as informações. Se elas não forem convincentes, aí, sim, Sra. Deputada Cristiane, pediremos, então, os contratos e a quebra do sigilo das empresas. Este, sim, é o requerimento que nós deveríamos estar apreciando desde o início, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Edio Lopes.

Neste requerimento, possivelmente, esteja também a solicitação das informações sobre bens e serviços, porque ele fala sobre todos os contratos firmados pelo banco.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas já ficou estabelecido nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Todos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - ...que não se pede informações sobre exportações de bens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, não ficou estabelecido isso, não!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - V.Exa. fez um apelo quando houve a discussão do primeiro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já se atendeu à solicitação de V.Exa.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

(Não identificado) - Aí é caso a caso. O entendimento era para a análise caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos votando requerimento a requerimento. Cada caso é um caso diferente.

Em votação o requerimento...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós queremos, Sr. Presidente...

(Não identificado) - Vamos à votação, Sr. Presidente; à votação!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu quero contar com a notável paciência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não... Mais?

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Ele teve o tempo, Presidente. Já teve o tempo previsto, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mais paciência?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu quero solicitar...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, coloca em votação!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - ...e requerer que a exclusão de exportação de bens...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Ela já teve o seu tempo previsto, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio, V.Exa. tem que fazer um apelo à autora...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Estou fazendo um apelo à autora para excluirmos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...para que ela concorde para fazer a retirada.



O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - O tempo já foi previsto e já foi colocado, Presidente.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A exemplo do que já foi aqui pactuado, faço um apelo pela exclusão da exportação de bens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputada Cristiane Brasil, eu vou dar 30 segundos para que o acordo possa ser feito. Eu acredito que nós vamos conseguir um acordo, a exemplo do que fizemos nas outras votações e nos outros requerimentos.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Eu peço ao meu Presidente que me esclareça se realmente houve algum acordo para tirar bens e serviços...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputada Cristiane Brasil, houve, no início da votação, um acordo feito com o Deputado Betinho Gomes. Mas nada implica que V.Exa. se veja na obrigação de atender, vai da boa vontade de V.Exa.

Acho que é um caminho bom para que nós possamos construir um consenso, para que nós possamos avançar, inclusive, nos outros itens da pauta. Se V.Exa. mais tarde quiser fazer a retificação disso, obviamente, poderá fazê-lo como integrante desta CPI.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Bom, eu vou dizer a vocês o seguinte: eu tenho todo o interesse em receber essas informações, mesmo que essa de bens e serviços seja colocada com o devido sigilo que deva ter. Mas não acho que valha a pena retirarmos agora o requerimento, porque ele vai fazer uma pauta para mim, um roteiro, e esse tipo de informação pode ser muito importante para nós aqui na CPI.

Então, eu queria ajudar os meus colegas que estão aqui com posição contrária, mas peço a V.Exa. que mantenha e, se possível, que nós possamos, quanto a esses requisitos, manter o sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O.k.

Em votação o texto original apresentado no requerimento da eminente Deputada. Ela não aceitou o acordo firmado.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Vamos votar, Presidente, vamos votar!



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, votação nominal!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o Requerimento nº 60, da Sra. Deputada Cristiane Brasil.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, votação nominal!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu acho que tem uma certa confusão. Deputada, é só uma questão: o que está se pedindo é que seja excluída a exportação de bens.

(Não identificado) - Presidente, já foi pedida votação nominal.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Por quê? Porque, ao revelar aqui a exportações de bens — sobre isso nós já nos entendemos na votação com o Deputado Betinho Gomes —, nós vamos expor a estratégia de exportação de várias empresas brasileiras.

Em relação a serviços, por exemplo, obras — serviços são obras no exterior —, nós não temos restrição nenhuma. Então, nós só queríamos que houvesse esse entendimento em relação a bens, exportação de bens de empresas brasileiras. É só isso. Em relação a serviço, ninguém aqui tem restrição alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós já estamos em processo de votação. Há uma solicitação de votação nominal, e eu peço, inclusive, o apoio para que se possa abrir o painel, para que as Sras. e os Srs. Parlamentares possam manifestar o seu voto.

E quero ratificar o meu posicionamento: eu não voto. Se há a vontade da maioria, este Presidente tem que seguir a vontade da maioria. Foi assim, Deputado Reginaldo Lopes, que eu assumi, inclusive, o compromisso perante V.Exas. na minha eleição. Não esperem este Presidente perseguir quem quer que seja, mas não esperem deste Presidente a proteção também a quem quer que seja. Nós vamos seguir o que for deliberado de forma altamente imparcial e democrática pelo Plenário.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Parabéns, Presidente! Parabéns pelo trabalho!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O painel já se encontra à disposição de V.Exas. para que possam promover o voto.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Fui eu que solicitei, mas posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Eu retiro. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. retira, Deputado Paulão?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está retirado o pedido de votação nominal.

Coloco em votação o requerimento da Sra. Deputada Cristiane Brasil, Requerimento nº 60, de 2015.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com seis votos contrários.

Item 15. Requerimento nº 64, de 2015, do Sr. Betinho Gomes, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao BNDES, de Cópias de inteiro teor de todos os contratos e respectivos aditivos, relativos ao apoio financeiro do BNDES, inclusive via aquisição de valores mobiliários, para empresas e grupos abaixo indicados”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, durante um determinado momento, o BNDES adotou a política dos chamados “campeões nacionais”, grandes grupos empresariais que foram fartamente financiados com recursos do BNDES para se tornarem grupos que, praticamente, monopolizariam o mercado nacional e também teriam uma ação forte no exterior. Muitos desses financiamentos e dessa política revelaram-se um grande fracasso.

Por isso, eu acho importante que nós possamos ter acesso a essas informações, porque os grupos cujas informações estamos aqui solicitando são: Grupo EBX, do empresário Eike Batista, o Grupo JBS, MAPFRE, LBR — Lacteos



Brasil, BRF Brasil Foods, a fusão da Oi com a Brasil Telecom e o Frigorífico Independência.

Já que essa é uma questão relevante, porque foi uma política equivocada do BNDES, tanto é que ela foi superada pelo Presidente atual, nós gostaríamos de pedir a aprovação dos Deputados em relação ao requerimento que eu considero ser essencial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

Não havendo quem queira encaminhar contrariamente, coloco em votação o Item 15, que é Requerimento nº 64, de autoria do Deputado Betinho Gomes.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Item 16. Requerimento nº 66, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu gostaria de solicitar a retirada de pauta do Item 16, Requerimento nº 66, de 2015; e do item 17, Requerimento nº 67, de 2015, porque eles foram protocolados de forma repetida.

Eles já foram aprovados em requerimentos anteriores. Portanto, se V.Exa. deferir, pode retirá-los de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O.k. Está deferida a solicitação de V.Exa.

Solicito sejam retirados os itens 16 e 17...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perdão, Presidente, são os Requerimentos nºs 17 e 18.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, são os Requerimentos nºs 67 e o 68...

Item 16. Requerimento nº 66, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Presidente, é matéria preclusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele retirou os itens 17 e 18. Não foi isso?



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Ele retirou. Ele que reapresente na próxima reunião, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Exatamente. Os Requerimentos nºs 67 e 68, ambos de 2015...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Ele confundiu. Ele retirou os Requerimentos 67/15 e 68/15, respectivamente itens 17 e 18.

É isso, Deputado Alexandre Baldy?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Positivo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vamos ao item 16, então.

Item 16. Requerimento nº 66, de Alexandre Baldy, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de cópias de inteiro teor de todas as Atas e documentos similares, das reuniões da Câmara de Comércio Exterior — CAMEX, realizadas de janeiro de 2003 a julho de 2015, nas quais tenham sido tratadas questões relacionadas com os programas de financiamento às exportações, seja em termos gerais, seja discussão de questões e decisões relacionadas com operações específicas, como o caso das operações para Cuba e outras operações para Países da África, América do Sul e Caribe”*.

Para falar a respeito do requerimento, concedo a palavra ao Autor, Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Presidente, por meio desse requerimento, eu desejo que a Comissão possa conhecer as políticas que foram estabelecidas nessas reuniões da Câmara de Comércio Exterior, para que nós possamos entender as políticas de desenvolvimento econômico que nortearam as exportações, as políticas econômicas do Ministério do Desenvolvimento, cujo Secretário-Executivo é Presidente do Conselho do BNDES, que financiou e investiu nesses projetos.

Então, é fundamental que nós saibamos quais foram as políticas do BNDES e também as políticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que possamos entender as políticas de desenvolvimento do comércio exterior que o Brasil adotou entre os anos de 2003 e 2015.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Fabio Garcia.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um alerta, para que a gente tenha um pouco de cautela nesses requerimentos. É óbvio que o objeto da CPI é investigar, e vamos continuar firmes nesse propósito, mas também não podemos fazer com que esta CPI possa ser um instrumento para prejudicar ou expor de forma demasiada e desnecessária operações, que não precisam ser expostas.

Agora, a gente já saiu do âmbito do BNDES e está indo para o âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio de um requerimento bastante amplo, porque ele pede todas as atas, em inteiro teor, seja de questões relacionadas a operações específicas, seja em termos gerais. Quer dizer, quer-se tudo o que foi tratado de 2003 a 2015 nessa Câmara, mas já não estamos nem mais dentro do BNDES, já estamos em outro órgão.

Eu acho que nós precisamos zelar aqui pela continuidade dos processos de financiamento dentro e fora do Brasil e zelar também pela necessária segurança jurídica, para que as empresas possam tê-la ao encaminhar projetos para serem financiados no Brasil. Esta CPI não pode ser um instrumento que prejudique o andamento de futuros financiamentos necessários para o Brasil, causando insegurança jurídica às empresas.

Então, eu gostaria que nós tivéssemos essa cautela nesse requerimento específico.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito bem, Deputado Fabio Garcia.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio para falar favoravelmente ao requerimento.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, mais uma vez eu venho ressaltar a importância da questão dos empréstimos.

No caso desse requerimento específico, há um fator importantíssimo, pois se coloca a situação da África, da América do Sul e do Caribe. Na minha opinião, esses



empréstimos foram feitos em detrimento de outros dirigidos a empreendimentos que poderiam ser feitos no Brasil. Daí a importância do requerimento.

E há um corte também nessa atuação. Apesar de o período ser grande, há um corte relacionado a essas operações que foram feitas e o que foi falado sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, assim como o Deputado Caio Narcio em outro momento fez uma proposta de tentar um acordo, eu queria também fazer uma proposta.

Todos nós sabemos que a oposição está focada em alguns contratos. Então, a sugestão é que seja retirado esse requerimento do Deputado Alexandre Baldy e que seja apresentado outro, que nos comprometeríamos a votar favoravelmente. Mas que esse outro requerimento tratasse especificamente dos projetos, a exemplo do Porto de Mariel, que eu sei que existe interesse da oposição, e de outros específicos, para que a gente não vá discutir toda a pauta da CAMEX, pois ela é muito grande e há, inclusive, estratégias do Brasil em comércio exterior.

Ninguém aqui é inocente. Todo o mundo sabe o que é disputa no âmbito da OMC — Organização Mundial do Comércio. O Brasil já responde a diversos painéis de discussão da política de financiamento no exterior.

Então, eu acho que todos nós queremos que a nossa indústria exporte. Imagino que todos nós não queiramos que haja mais conflitos no âmbito da OMC.

Portanto, eu solicitaria ao Deputado Alexandre Baldy que houvesse essa compreensão, para que S.Exa. retirasse hoje esse requerimento e apresentasse outro, focado naqueles casos específicos cuja investigação é de mais interesse, e não em todas as questões de exportações do Brasil, porque aqui vão aparecer inclusive exportações não financiadas pelo BNDES, financiadas por outros bancos.

Então, gostaríamos de solicitar essa compreensão, inclusive com o nosso compromisso de ficar favorável à votação de requerimentos específicos que tratem de questões pontuais referentes à relação com o BNDES.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Alexandre Baldy, o Deputado Carlos Zarattini faz uma proposta a V.Exa. que eu reputo extremamente justa, em razão da abrangência do requerimento de V.Exa.

Eu acho que, nesse ponto, nós temos realmente uma abrangência ilimitada nessa solicitação de informações.

Eu apelo a V.Exa., no sentido de aceitar a proposta feita pelo Deputado Carlos Zarattini, já com o compromisso de que, em se delimitando a área de requisição de informações, S.Exa. terá apoio inclusive do próprio PT.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Presidente, eu reitero a sua posição sempre democrática de atuar aqui dentro desta Comissão.

Eu quero dizer que não é interesse da oposição, primeiramente; é interesse público, é interesse de todos os brasileiros e todas as brasileiras. O BNDES não atua com dinheiro privado. Não sou eu ou qualquer outro membro aqui que deposita seus recursos no BNDES, recursos que são emprestados para operações nacionais e internacionais. Esses recursos são oriundos de impostos e tributos pagos pelos brasileiros, que são emprestados em operações feitas pelo BNDES.

Então, não é interesse da oposição; e, sim, interesse nacional.

É a Câmara de Comércio Exterior que autoriza as operações específicas ou especiais. Como aqui colocamos, operações que foram realizadas com Cuba, por exemplo, como disse o Deputado Carlos Zarattini, no caso da Operação do Porto de Mariel, se a operação exigia uma taxa de juros diferenciada porque ali havia uma competição com outras instituições financeiras globais, essa autorização teria que subir do BNDES para a Câmara de Comércio Exterior.

Não é que nós queiramos fazer uma devassa — embora haja interesse público em que se faça a devassa, e por isso foi criada esta CPI —, mas queremos entender por que a Câmara de Comércio Exterior aprovou taxas de juros subsidiadas, diferenciadas e que foram equalizadas com recursos públicos. E digo isso porque o BNDES capta a uma taxa de juros, seja a do Tesouro, que é de 14,25% ao ano, e paga essa diferença. Mas, quanto a essa taxa, quando for feita em contratos internacionais, a Câmara de Comércio Exterior é quem dá essa definição. O Banco Central inclusive delimita essa posição.



Por isso eu pediria a V.Exa. que fosse mantido esse requerimento e que o colocasse em votação, por entender que a Câmara define sobre projetos especiais e específicos em contratos do BNDES para operações realizadas em âmbito internacional.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Fabio Garcia.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Quando eu digo que o requerimento é amplo, é porque não se restringe aos programas de financiamento às exportações relativos ao BNDES, que é o objeto principal desta CPI. Ele é tão amplo que ele não restringe ao BNDES; ele somente cita como exemplo aqui operações para Cuba e outras operações para a África, América do Sul e Caribe, tampouco restringe a esses países. Então, ele é muito amplo. Ele não restringe o pedido a operações de exportação feitas pelo BNDES, que é o objeto dessa solicitação, nem aos países.

Então, eu sugiro que a gente possa restringir um pouco mais esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Alexandre Baldy, eu apelo — e parece-me que existe uma certa posição consensual nisso — a V.Exa., no sentido de que possa restringir seu requerimento aos empréstimos feitos exclusivamente pelo BNDES.

V.Exa. aceita essa alteração ou V.Exa. não concorda com essa alteração?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bem, Sr. Presidente, eu não observo aqui qual é o interesse da Comissão, por parte dos Parlamentares, em definir quais financiamentos com recursos públicos sejam colocados aqui de modo diferenciado. Mas, como o escopo desta CPI é investigar os empréstimos e financiamentos realizados pelo BNDES, eu atendo o pleito de V.Exa.

Portanto, o requerimento vai definir que sejam enviadas todas as pautas que foram tratadas pela Câmara de Comércio Exterior em contratos específicos e especiais de empréstimos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



Acho que temos um acordo, não é, Deputado Carlos Zarattini?

Ele vai restringir o requerimento às questões que envolvem os financiamentos do BNDES, atendendo, inclusive, a V.Exa. e ao Deputado Fabio Garcia. Eu acho que isso contempla o apelo feito por V.Exa. e pelo Deputado Fabio Garcia, porque tira essa abrangência — genérica, inclusive.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não. Ele está focando nos casos especificamente de Cuba... Parece-me que não, porque aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Cuba, África, América do Sul e Caribe. Mas ele fez uma alteração grande.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Esse é um exemplo. Eu dei um exemplo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, veja bem: um requerimento que contemple América do Sul, Caribe, é muito amplo. Existem ene relações, todos os financiamentos relativos ao MERCOSUL, do programa de automóveis e tudo o mais. Então, queríamos fazer um apelo simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu também já fiz, inclusive.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sugerimos ao Deputado Alexandre Baldy que apresente um requerimento sobre aquela operação específica de que ele tem desconfiança ou quer investigar e permita que continue a CAMEX a tratar da política de exportação do Brasil de forma sigilosa, porque são questões importantes para o País.

Então, nós gostaríamos de pedir essa única... Nós não temos nada contra investigar o Porto de Mariel. Parece-me que tem aqui até Angola — não sei nem qual é a operação em Angola. Mas que se faça esse requerimento específico. É uma questão para o Brasil.

Então, vou fazer, mais uma vez, esse apelo ao Deputado Alexandre Baldy, para que a gente não tenha que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Se V.Exas. não chegarem a um consenso...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É claro, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...a mim não resta outra alternativa a não ser colocar o requerimento em votação.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É uma intransigência do Deputado Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Caro colega Zarattini, não é uma intransigência. Qual é a distinção do dinheiro público que vai para a Angola, para a Argentina ou para Cuba? Não há distinção do dinheiro público. Então, o nosso requerimento é única e exclusivamente para que a gente possa entender o que a Câmara de Comércio Exterior definiu para acatar esses contratos estabelecidos pelo BNDES em operações internacionais, a exemplo dos que foram celebrados, seja na Argentina, seja no Caribe, seja onde V.Exa. entender. Mas não há distinção de dinheiro ou de recurso público para qualquer país que seja. E, sim, queremos entender.

Eu não tenho conhecimento das operações do BNDES que foram celebradas com qualquer País. Como eu posso absorver ou entender quais são as importantes para serem investigadas? Então, nós precisamos ter conhecimento, de forma ampla, das operações do BNDES com esses países, para que nós assim entendamos em quais nós devemos nos aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom, eu vou colocar em votação o Requerimento nº 66, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, com as alterações já previstas, que diminuem, em certo grau, a abrangência proposta inicialmente pelo Deputado Alexandre Baldy.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam o Requerimento nº 66, de 2015, do Sr. Alexandre Baldy, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Verificação? Mais alguém para apoiar V.Exa.?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Paulão.

Verificação concedida.

Peço a abertura do painel para que as Sras. e os Srs. Parlamentares possam se manifestar.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes, pela Liderança do PMDB.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós queremos encaminhar pela obstrução, Sr. Presidente. Nós tentamos de toda forma fazer um acordo razoável com o autor do requerimento. Não é objetivo nosso nesta CPI evitar a mais profunda investigação, desde que esteja amparada pelo objeto que criou a CPI. Todavia, Sr. Presidente, nós ultrapassamos esse limite que a Constituição nos impõe, porque aqui nós já estamos chamando o Ministério da Indústria e Comércio para o meio, sem que haja um *link* definido e claro ligando o objeto dessa investigação.

Portanto, nós encaminhamos pela obstrução.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, só uma informação: Deputado Baldy, V.Exa. atendeu à demanda do Presidente ou não?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu atendi à demanda do Presidente da Comissão no sentido de que o requerimento estivesse atento às operações de crédito realizadas pelo BNDES, que foram estabelecidas pela Câmara de Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele limitou a sua abrangência somente para os financiamentos feitos pelo BNDES, o que contempla um pouco a solicitação feita pelo Deputado Zarattini.

Deputado Marcelo Squassoni. (*Pausa.*)

Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - O PCdoB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, só lembrando que os Deputados que pediram a verificação têm de votar. O Deputado Zarattini não voltou ainda. Estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eles estão em obstrução. O PMDB, o PT e o PCdoB.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sim, mas eles têm que votar.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Acontece que o painel aqui não tem a opção obstrução.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Então, vá num que tenha.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Presidente, mesmo que votemos pela obstrução, não conta para efeito de quórum. Correto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que conta para efeito de quórum.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós não estamos falando de abstenção. Estamos falando de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Aí não.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós estamos em obstrução.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, estou com um problema aqui no registro da minha votação, aqui na digital. Então, eu pediria, por gentileza, que a nossa assessoria técnica pudesse me auxiliar aqui mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Os suplentes aparecem em vermelho, Deputado Zarattini. *(Pausa.)*

O Deputado Bilac Pinto está com um problema ali, e a Assessoria já está resolvendo o problema. Eu queria avançar, pois nós temos poucos itens ainda para serem apreciados por V.Exas.

(Processo de votação.) (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Às 17 horas. Nós estamos apenas aguardando um problema técnico com o terminal do Deputado Bilac.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Posso declarar o voto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, V.Exa. não pode declarar voto.

(Não identificado) - Então, Sr. Presidente, não pode encerrar a votação se o Deputado não votou ainda. Ele está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas aí eu vou esperar até que horas? *(Riso.)*

(Não identificado) - Não sei. Então, mande consertar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos aguardando uma solução técnica para o caso do Deputado Bilac. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - O.k., Sr. Presidente, consegui votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Antes de V.Exa. anunciar o resultado, eu indago a V.Exa. Nós estamos em obstrução, o Deputado Mauro declarou que votou “obstrução”. Todavia, na maioria dos painéis não consta o item “obstrução” para ser opção do Deputado votante. Eu lhe pergunto: os votos, como no caso do voto do Deputado Mauro, do PMDB, que aparece ali no painel, serão ou não computados para efeito de quórum? Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Não serão computados para efeito de quórum, segundo me orienta a Assessoria da Mesa.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Caiu a sessão. Eu vou encerrar os trabalhos, antes agradecendo a V.Exas. e dizendo que...

(Não identificado) - Foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foi rejeitado.

Nós não temos mais quórum para deliberar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Presidente, eu só queria colocar aqui a posição de que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ...foi aceita a propositura dos colegas de retirada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu tenho uma informação importante a prestar a V.Exas. Pediria só que V.Exas. me dessem 30 segundos. *(Pausa.)*

Eu queria agradecer a V.Exas. — hoje foi a nossa primeira reunião deliberativa — e dizer que nós temos, como é de conhecimento de V.Exas., muitas nuances a serem apreciadas sobretudo pelo Relator.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, eu queria só uma posição, uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Abstenção não conta para quórum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não conta.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Abstenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, não.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, abstenção não conta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A orientação que eu recebi da Mesa é que não conta, Deputado Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente... abstenção conta para quórum. A obstrução é que...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A obstrução também não conta.

Nós vamos deliberar o mesmo requerimento na próxima reunião deliberativa da CPI. Eu queria dar a V.Exas., e pediria a V.Exas., uma informação importante.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Abstenção conta. O que não conta é obstrução.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, abstenção conta. Isso, todo mundo sabe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Olha, eu vou rever o posicionamento e seguir a orientação da Mesa. E o requerimento, segundo orientação técnica da Mesa, foi aprovado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Vamos continuar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou suspender a reunião, porque já há informação de que o Presidente já está se deslocando até o plenário, e queria dar uma informação a V.Exas.

Nós estamos percebendo que vamos ter muitas informações para serem apreciadas, muitos dados, muitos elementos, sobretudo elementos técnicos, que precisam verdadeiramente de um suporte maior por parte da Comissão.

Informo a V.Exas., neste momento, que, com base no art. 41, VI, combinado com o art. 57, II, comunico que esta Presidência decidiu criar as seguintes sub-relatorias: Financiamentos a Contratos Internos, tendo como Relatora Parcial a Deputada Cristiane Brasil; Financiamentos a Contratos Externos, Relator Parcial o



Deputado Alexandre Baldy; Financiamentos a Entes Federados, Relator Parcial o Deputado André Fufuca; Participações em Empresas, Relator Parcial o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Quería neste momento...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...de maneira alguma com este ato retirar qualquer poder de investigação do Deputado José Rocha. A intenção não é, de maneira alguma, visar ao enfraquecimento do Relator-Geral, que eu escolhi e a quem eu devoto a mais extrema e absoluta confiança na capacidade de desenvolver um relatório-geral à altura do que espera esta CPI e à altura do que espera a sociedade brasileira.

Quería neste momento inclusive, Deputado José Rocha, mais uma vez ratificar a minha admiração, o meu respeito por V.Exa. e a mais absoluta certeza e convicção de que V.Exa., com a capacidade que tem, com a inteligência que tem, com a sensibilidade que tem, haverá de engrandecer não apenas o seu relatório, mas também esta Casa, a Câmara dos Deputados, de uma maneira geral.

E queria, neste momento, mais uma vez cumprimentar V.Exa. pela passagem do seu aniversário, desejar muito sucesso a V.Exa. Que Deus possa mais uma vez abençoá-lo e que V.Exa. possa seguir nessa sua missão de promover um grande relatório para todos nós.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o senhor é muito elegante, é uma pessoa muito elegante, sem dúvida nenhuma, consegue apresentar esse ato, que é um ato que na verdade retira os poderes do Relator, porque distribui a relatoria entre mais quatro outros Deputados, e ao mesmo tempo o senhor prestigia o Deputado José Rocha.

Mas é evidente que, ao tomar essa decisão, o senhor está desequilibrando a CPI e permitindo que uma série de outras cabeças participem da elaboração do relatório, quando o relatório é do Relator. No momento em que cada um vai



apresentar um sub-relatório, cada um desses quatro Deputados vai apresentar um sub-relatório, é evidente que haverá mais confusão e mais indefinição para o Relator administrar no seu relatório final. Dessa forma, nós vamos ter a possibilidade de não se concluir esta CPI no tempo determinado, de 120 dias, porque nós teremos quatro relatórios.

Então, nós discordamos dessa decisão. É uma decisão que não conta com o nosso respaldo. Consideramos que o senhor está na verdade desautorizando o trabalho do Relator, apesar das suas palavras em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Antes, o Deputado Edio Lopes, pela liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu gostaria, se possível tecnicamente, que me restabelecesse o painel de votação, com a devida autorização de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ouça, eu já proclamei o resultado: foram 12 votos favoráveis, uma abstenção...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós cometemos aqui um gravíssimo erro matemático!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Doze votos "sim", um "não" e uma abstenção.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Pronto! Abstenção. Não há obstrução. O senhor pode ver lá embaixo: total, 14 votantes.

(Não identificado) - É porque obstrução não conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem uma obstrução também. Mas a obstrução não contou, Deputado Edio.

(Não identificado) - Ela não conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - E, com a obstrução, seriam 15, Deputado Edio.

(Não identificado) - Com a obstrução, são 15. É isso. Obviamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foram 12 “sim”, um “não”, uma abstenção e uma obstrução.

(Não identificado) - É isso. É isto: 14, mais a abstenção, 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu também quase fui levado ao engano, assim como V.Exa. Mas a gente reviu o posicionamento.

(Não identificado) - O.k.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, para contraditar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, acho que a decisão acertada e correta de estabelecer mais quatro relatorias para auxiliar o Relator vem ao encontro da necessidade que temos de fazer uma investigação, que é muito complexa e que tem vários temas a serem apreciados. Acho inclusive que funciona de uma forma a auxiliar o Relator, que tem uma grande responsabilidade ao chegar ao seu relatório final.

Vejo, e vem ao encontro do que nós acreditamos, que esta CPI não deve ter uma data final que não venha de encontro ao esclarecimento de todos os fatos. Quer dizer, inicialmente ela tem uma data colocada. Se houver fatos a serem investigados, que ela seja adiada, até que a gente encerre esta CPI com todas as nossas dúvidas estabelecidas. O encontro e o estabelecimento das sub-relatorias mostram o compromisso desta CPI em dividir os trabalhos, para efetivar melhor as investigações.

Quero parabenizar novamente V.Exa. pela iniciativa. Tenho certeza de que o nobre Relator José Rocha estará bem auxiliado pelos nomes que foram colocados. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Davidson Magalhães. Na sequência, V.Exas.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, primeiro quero me solidarizar com o Relator, porque não foi um bom presente de aniversário. Segundo quero constatar que realmente vem de encontro ao objetivo e ao equilíbrio que tinha se estabelecido na própria CPI. Mas o processo de investigação e de



debate realmente vem de encontro ao processo que nós estávamos buscando de investigação. E, na própria composição de forças políticas da CPI, a formação dessas sub-relatorias é um desequilíbrio total. Mas todos nós conhecemos o jogo político que está por trás disso aí.

Apesar da elegância de V.Exa., não foi um presente bom a ser dado ao nosso Relator, com quem me solidarizo. E vamos fazer um bom combate, Relator. Espero que as suas conclusões e o seu trabalho não sejam prejudicados, porque o que foi criado realmente vem de encontro a um processo de análise mais profundo e não ao encontro de uma análise mais perfeita e coerente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço a V.Exa., Deputado Davidson Magalhães. Não tenho dúvida alguma de que o presente maior será dado pelos Sub-Relatores ao Relator-Geral. Eles vão fazer um trabalho de auxílio ao Relator, são pessoas extremamente sensíveis à causa pública, experientes na causa pública. Não tenho dúvida alguma de que haverão de subsidiar os trabalhos do Relator.

Deputado Paulão e, na sequência, o Deputado Covatti Filho.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, a exemplo do colega Carlos Zarattini, eu entendo que V.Exa. tem prerrogativa para fazer a indicação. Esse jogo realmente é político, mas entendo que foi um desequilíbrio de forças, principalmente numa sessão em que a gente já estava na fase final. Eu acho que esse anúncio, por uma questão prudencial, deveria ser feito no começo, na abertura dos trabalhos.

V.Exa., sem dúvida alguma, com bastante inteligência, não utilizou a tática de *O Príncipe*, de Maquiavel. Pelo contrário, o senhor utilizou o *Breviário dos Políticos*, do Cardeal Mazarin, que é muito mais complexo e mais contundente do que Maquiavel. E, com sua elegância, sua perspicácia, dá um presente de grego para o Deputado José Rocha.

Nós tivemos, recentemente, a CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, que teve como Presidente o Deputado Reginaldo Lopes, com certo grau de complexidade, e nós tivemos uma Relatora. E os trabalhos foram exitosos.

Então, sem dúvida nenhuma, também deixo aqui a minha discordância. Eu entendo que, pela capacidade, pela experiência, o Deputado José Rocha teria total equilíbrio, faria as oitivas necessárias, com capacidade, no sentido de fazer um



relatório uno. Com essa discussão, eu tenho dúvida, primeiro, da temporalidade e do processo de sinergia, para que a gente tenha um relatório final conciso e com objetividade.

Deixo aqui a minha discordância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Sr. Presidente, estão elogiando V.Exa. pela elegância e pela inteligência, e o aniversariante é o Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Mas eu só queria que V.Exa. esclarecesse o papel dos Sub-Relatores. Seria interessante para os Parlamentares aqui saberem qual vai ser o papel deles, se vão fazer indicação para o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ainda bem que V.Exa. me dá essa oportunidade, porque eu queria fazer, com os Sub-Relatores já definidos, uma reunião de trabalho entre todos os integrantes da CPI, uma reunião fechada, com os Vice-Presidentes, com o Relator-Geral, com os Sub-Relatores, com as Lideranças, para que nós pudéssemos ajustar o direcionamento e o norte do nosso trabalho.

Deputado Covatti, diferentemente de outras CPIs, nós não vamos seguir passos de nenhuma operação, nós não vamos seguir essa linha, essa rota. Nós, integrantes da CPI, vamos definir a rota certa que nós vamos seguir.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já, já aprovou.

Então, acho importante que, uma vez já definidos os nomes dos Relatores, Deputado André — como V.Exa., que é um homem experiente, nós temos vários Deputados aqui experientes —, nós possamos nortear os próximos direcionamentos desta CPI.

Então, na quinta-feira, nós teremos aqui a presença do Diretor Luciano Coutinho. Acho que, na próxima semana, nós poderíamos fazer uma reunião conjunta entre todos os membros, para que nós possamos afinar as ações do trabalho.

Deputado João Gualberto.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, como conterrâneo e amigo do Deputado José Rocha, eu queria agradecer o presente que o senhor ofereceu ao meu conterrâneo José Rocha de quatro Deputados do quilate do André Moura, do André Fufuca, do Alexandre Baldy e da Cristiane Brasil. Ele não costuma mostrar um reagir aos sentimentos dele, mas eu tenho certeza de que ele está muito feliz. Valeu, José Rocha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito obrigado, Deputado João Gualberto.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu queria só rememorar um pouco que as CPIs que deram certo aqui nesta Casa ao longo do tempo foram exatamente aquelas que tiveram a capacidade de subdividir as relatorias. Por quê? Porque, dessa maneira, você consegue agilizar as conclusões, as análises de documentos, que são fartas. Nós estamos vendo aqui um conjunto de requerimentos, e virão certamente, em breve, informações, que são informações novas, informações que precisam ser esmiuçadas. E, naturalmente, na medida em que você desconcentra esse trabalho, você ajuda na agilidade, ajuda na profundidade da apuração e dá o suporte necessário ao Relator, que vai coordenar esse trabalho. Eu acho que é uma medida, sim, acertada, uma medida que prevê exatamente a necessidade de nós avançarmos rapidamente nas investigações que serão feitas em breve.

Então, eu quero parabenizar a sua decisão e desejar sorte aos Relatores que foram indicados neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Obrigado, Deputado Betinho Gomes.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Relator José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente, Deputado Marcos Rotta, ilustres colegas Parlamentares, eu devo dizer que me sinto preparado para fazer o relatório final desta Comissão. Certamente não me agradaria dividi-lo com os Sub-Relatores. É uma decisão de V.Exa., que, com muita elegância, tomou nesta Comissão. E os recebo como auxiliares, porque vou fazer valer o meu relatório.



Respeito todos os colegas que fazem parte dessas sub-relatorias, vários deles amigos, que respeito muito, a exemplo do Deputado André Moura. Mas não abrirei mão do meu relatório, mesmo que ele venha a conflitar com qualquer das sub-relatorias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado José Rocha, mais uma vez desejando sucesso. Parabéns a V.Exa. pelo seu aniversário! Reitero o compromisso de cada vez mais trabalharmos de forma unificada, procurando sempre os posicionamentos consensuais, se é que nós vamos consegui-los.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 20 de agosto, às 10 horas da manhã, em plenário a ser definido, para que possamos promover, nesta CPI, a oitava do Presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho.

Está encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos a presença.